

**ATA N.º 02/2021**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 16 de dezembro de 2021-----

----- Aos 16 dias do mês de dezembro de 2021, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, realizada de forma presencial apenas para os membros da Mesa da Assembleia, Líderes/responsáveis das bancadas com assento na Assembleia Municipal e Executivo Municipal e através de videoconferência para os restantes membros da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 3 do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da 3.ª revisão (alteração) orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às grandes opções do plano para o ano de 2021;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2022;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2022;-----
- 6 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da alínea b) do art.º 2.º do anexo à Lei n.º 36/2014, de 26 de junho;-----

u

- 7 - Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, ao abrigo da alínea i) do art.º 41.º da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto;-----
- 8 - Eleição de dois representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais, ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro;-----
- 9 - Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) , n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;-
- 10 - Eleição do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo Regulamento;-----
- 11 - Constituição do Conselho de Administração da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA, remuneração dos seus Membros e Fiscal Único;-----
- 12 - Proposta de metodologia / Transmissão não sucessória ou judicial dos Prédios respeitantes aos Lotes cuja arrematação consta da deliberação da Câmara Municipal de 29/07/1980;-----
- 13 - Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade / Processos do 3.º trimestre de 2021 / Proposta de atribuição de subsídio a título excecional;-----
- 14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / De julho a outubro 2021;-----



- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Ourentã em reunião camarária de 15/06/2021 e em sessão da Assembleia Municipal de 25/06/2021 / Requalificação do Mercado de Ourentã;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesias de Tocha / Beneficiação da sede da Junta de Freguesia de Tocha;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte e Reabilitação do Edifício da Quinta de Santo António e Muros envolventes;-----
- 18** - Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesia de Febres / Construção do Museu do Ouro e da Relojoaria;-----
- 19** - Proposta de isenção de taxas previstas no art.º 21.º da Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede / Piscinas Municipais / Utilizadores com deficiência;-----
- 20** - Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2021 pela Câmara Municipal de Cantanhede;-----
- 21** - Apreciação, discussão e votação de proposta de procedimentos / Concessão de isenções de taxas Municipais;-----
- 22** - Apreciação, discussão e Votação da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso;-----
- 23** - Nomeação dos elementos constituintes da Equipa para a Igualdade na Vida Local de Cantanhede (EIVL) / Para conhecimento;-----
- 24** - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Derrama a liquidar no ano de 2022 e relativa ao exercício de 2021;-----

- 25 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar no ano de 2022, relativa ao exercício de 2021;-
- 26 - Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2022 e relativo aos rendimentos de 2021;-----
- 27 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2022;--
- 28 - Apreciação, discussão e votação da abertura de procedimento através de hasta pública para "Concessão da exploração do Bar e Restaurante da Paia Fluvial dos Olhos da Fervença";-----
- 29 - Apreciação, discussão e votação da abertura de procedimento através de hasta pública para "Concessão da exploração do Bar da Paia do Palheiro";-----
- 30 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de apoios complementares a freguesias no âmbito de obras realizadas ao abrigo de contratos interadministrativos – Requalificação urbana;-----
- 31 - Apreciação, discussão e votação de nova tomada de posição/atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulinos na área denominada de "Barrocos" à empresa Cálcul Benefit – Consultadoria, Ld.ª;-----
- 32 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia do Concelho de Cantanhede para a aquisição de cabazes de Natal destinados a famílias carenciadas;-----
- 33 - Apreciação, discussão e votação da proposta da bancada do PS de transmissão áudio/vídeo das sessões da Assembleia Municipal.-----



----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, saudou todos os presentes e, de seguida, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e pedidos de substituição. Assim, informou que pediram substituição, o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Asdrúbal Neto Torres, sendo substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, Fernando Pedro China Mateus Veríssimo e o Presidente da Junta de Freguesia de Sepins e Bolho, Luís Arromba, sendo substituído pela Tesoureira da Junta de Freguesia, Alexandra Cristina Lopes da Costa. Pediram ainda substituição, por ausência por período inferior a 30 dias, Licínia Maria Fernandes Pessoa, sendo substituída por José Manuel Tarelho Soares e José Carlos Martins de Jesus, sendo substituído por Alexandre Rocha Simão. Pediu a suspensão do Mandato por 90 dias, Daniel Regra Dias, sendo substituído por Tito Luís Barreto Monteiro. Pediram suspensão do Mandato por 180 dias, Luís Miguel da Cruz Pato, sendo substituído por José Júlio de Brito Marques Almeida Malta, e Dora Cristina da Silva Costa, sendo substituída por Ângela Maria Ventura Alves de Matos Dinis, que faltou por motivos de pessoais relacionados com a saúde de um familiar, falta essa que foi considerada justificada.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 04/2021, da sessão da Assembleia Municipal de 17 de setembro de 2021, respeitante ao mandato anterior, bem como a ata n.º 01/2021, respeitante ao atual mandato. Relativamente à Ata n.º 4/2021, esclareceu os novos Membros da Assembleia Municipal que se trata de uma mera formalidade, tendo a mesma sido aprovada naquela mesma sessão, em minuta, para efeitos imediatos e enviada aos líderes das respetivas bancadas para análise e apreciação. Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º

u

4/2021 a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 26 votos a favor e 4 abstenções. De seguida, informou que a ata n.º 1/2021, do dia 16 de outubro de 2021, reporta à instalação da Assembleia Municipal, que se realizou pelas 15 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município. Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 1/2021, a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 18 de setembro 2021 a 16 de dezembro de 2021, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida deu início ao período Antes da Ordem do Dia, passando a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presente na sessão, agradeceu à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a forma como recebeu as pessoas que estiveram na reunião da Associação de Enfermeiros Diretores do Serviço Nacional de Saúde, da qual é Presidente da Direção e que teve lugar em Cantanhede. Da mesma forma, agradeceu também à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, pela forma como os acompanhou e conduziu o programa da reunião, nomeadamente, o programa Cultural. Procedeu, de seguida, à leitura de uma intervenção relacionada com a saúde do seguinte teor: *"As questões da saúde do concelho de Cantanhede têm sido alvo de diversas e variadas posições, maioritariamente focadas nas questões da urgência e mais recentemente, na consulta aberta. Estas posições têm vindo a ser constantemente e já ao longo de vários anos com impacto efetivo praticamente nulo, o que tem ajudado a proporcionar alguns extremar de posições que não são garantidamente benéficas para o que nos deve mover, que é oferecer respostas às necessidades efetivas das pessoas. É nossa convicção de que urge encontrar novas*



*formas de abordagem a esta temática pelas razões já aduzidas anteriormente. O planeamento dos cuidados de saúde deve ser sempre focado nas pessoas, relevando para tal facto de forma muito consistente a interligação funcional entre os diferentes níveis de cuidados, sobressaindo aqui o papel relevante e significativo da prevenção da saúde e a literacia em saúde, entre outros aspetos, promovendo assim a participação efetiva de todos os atores envolvidos na saúde das populações do nosso concelho. Assim, estamos convictos que a principal forma de encontrar as melhores soluções para responder às necessidades das pessoas em matéria de saúde e a articulação adequada entre os diferentes níveis, barra, níveis entre as diferentes instituições, barra níveis de cuidados, instituições de saúde, rede de cuidados continuados integrados e instituições de solidariedade social e a devida rentabilização de recursos de saúde e apoio social existentes no concelho. O concelho dispõe de 2 hospitais, 4 unidades de saúde familiares, uma unidade de cuidados de saúde primários com 6 polos, uma unidade de cuidados na comunidade, diversas instituições particulares de solidariedade social, mais de 140 camas da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados distribuídas por 4 estabelecimentos. Existem ainda outras entidades e instituições que, pelas suas características, podem contribuir para o desenvolvimento da saúde no concelho, nas suas diversas ações, como sejam escolas, autarquia, juntas de freguesia e outros, de foro público, privado ou social. Consideramos fundamental para o eficaz desenvolvimento da saúde no concelho, se consiga colocar em estreita articulação os diversos intervenientes nesta temática tão importante como é a saúde. É importante salientar que já existem no terreno alguns bons exemplos do que pode e deve ser a tão desejada articulação de cuidados. O projeto MCDT de proximidade do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em articulação com a autarquia e o ACES Baixo Mondego é já um bom exemplo que tem*

u

*demonstrado resultados muito importantes em benefício das pessoas, não só pelo seu carácter inovador, mas também pelas respostas efetivas que proporciona. É com o objetivo de procurar soluções e contribuir para o desenvolvimento da saúde no nosso concelho que os deputados eleitos pelo Partido Socialista propõem a esta Assembleia Municipal a criação de um grupo de trabalho com pluralidade na sua representação que possa motivar e desenvolver a discussão e apresentação de ideias, de articulação efetiva entre as diversas entidades do concelho, objetivando assim os cuidados de saúde e as respostas às necessidades da população. Este grupo poderá, eventualmente, ainda vir a ser a génese de um futuro Conselho Municipal de Saúde, descrito no Decreto-Lei n.º 23 de 2019 ainda não existente em Cantanhede e cuja criação se encontra na esfera de competências do município de Cantanhede. Já que falamos em saúde, aproveitamos ainda para felicitar o Hospital Arcebispo João Crisóstomo, pelo recente prémio que foi atribuído pela CCDR Centro com o projeto Hospital Amigo dos Mais Velhos e propor a divulgação deste facto, pelos meios de divulgação do município, à semelhança do que acontece com outros eventos e prémios que distinguem entidades ou pessoas do concelho."-----*

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, desejou um bom mandato a todos e, de seguida, lamentou o facto de ter recebido o link de acesso à documentação de apoio para a presente sessão, com menos de 24 horas, sendo pouco tempo para poder analisar com profundidade toda aquela documentação com a responsabilidade exigida. De seguida, chamou a atenção para o estado da Avenida do Brasil, na cidade, e de algumas das ruas do Bairro Charles Cid, conhecido como Bairro Vicentino, afirmando esperar que haja algum cuidado no arranjo daquelas ruas, porque são vias onde circulam muitas pessoas.-----



----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou, em seu nome pessoal e da bancada do PSD, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, pela sua eleição para o Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses aquando do seu 25.º e desejando-lhe sucesso no desempenho das suas novas funções. De seguida, deu os parabéns ao Município pelo facto de, pelo 13.º ano consecutivo, a autarquia de Cantanhede ter recebido o estatuto de autarquia mais familiarmente responsável, galardão atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, o qual reconhece as boas práticas e políticas amigas das famílias que o município de Cantanhede tem vindo a desenvolver e a implementar no terreno. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, interveio sobre os seguintes assunto: - A proposta apresentada pelo PSD na Assembleia da República, para mudança do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Administrativo para Coimbra, que contou com os votos favoráveis de uma larga maioria, mas que, com a abstenção da maioria da bancada do PS, acabou por ser rejeitada com apenas 9 votos contra. Acrescentou que, os Deputados do PS, eleitos pelo círculo eleitoral de Coimbra, divergiram do resto da bancada e mostraram ao país, a Coimbra e à região que, o PS não só, não quer descentralização, como não tem consideração pelo distrito, nem pretende uma verdadeira transferência de competências, mas sim passar despesas para os municípios. Acrescentou que os argumentos que o Governo do PS utilizou para chumbar a transferência daquelas duas instituições que trariam uma grande dignidade à toda a região, foram mesmos argumentos invocados pelo Município de Cantanhede e pela bancada do PSD na Assembleia Municipal, nomeadamente, a falta de estudos, as dificuldades da calendarização e os problemas

u

decorrentes do aumento de despesas com os funcionários; - Que o Anuário Financeiro dos Municípios veio, novamente, demonstrar que os resultados de Cantanhede são de excelência como nos últimos anos, sendo um dos municípios com maior diferença positiva entre a amortização de empréstimos e novos empréstimos, com o 28.º melhor a nível nacional, o 2.º da região de Coimbra, o 20.º com maior valor de participações financeiras, o 27.º com maior diminuição do passivo exigível, sendo uma das entidades com melhor resultado económico em 2020, tal como a INOVA que ficou em 13.º lugar e em 2.º na região de Coimbra. Concluiu que, no ranking global dos municípios de média dimensão o Município está classificado em 32.º, registando uma tendência de subida; - Registou a incoerência das posições políticas assumidas pelo PS de Febres, nomeadamente, a opção por uma aliança política com o CHEGA, mais concretamente com a atual Secretária da Junta, a quem aquele Partido político retirou a confiança política; - Felicitou a Câmara Municipal pela iluminação de Natal, que trouxe alegria aos munícipes e que, perante as críticas do ano anterior por parte da bancada do PS, demonstra que pode haver um equilíbrio entre o que é gasto para animar as pessoas e o que é gasto com os apoios sociais.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, face a várias reclamações que tem recebido tanto de empresas de transportes como de particulares, apelou a uma rápida intervenção da Câmara relativamente à questão das árvores pendentes para as vias públicas, que danificam as pinturas dos veículos e obrigam a desvios para o centro das vias, podendo provocar acidentes. Alertou, de seguida, para o facto de, na sua freguesia, as pessoas fazerem barreiras para impossibilitar a escorrência natural das águas, subindo as cotas dos terrenos, depositando terra nas bordas da estrada, fazendo com que as estradas



passam a ser, no fundo, umas valas, que deterioram o betuminoso, solicitando que a Câmara tome uma atitude perante aquela situação. -----

----- O Srs. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, agradeceu a participação dos Presidentes de Junta e Membros da Assembleia Municipal no anterior mandato, dando uma saudação especial ao último Membro da Assembleia Municipal da CDU, que já não tem representação no presente mandato. Saudou, de seguida os Membros das 3 bancadas com assento na Assembleia, Partido Social Democrata, Partido Socialista e Chega, este último representado pela primeira vez. De seguida, comentou e deu as explicações tidas por convenientes sobre as intervenções anteriores, da seguinte forma: - Relativamente às questões da saúde afirmou concordar com a Sr.ª Áurea Andrade, no sentido de ter que haver sempre um consenso político para se chegar sempre à melhoria das condições da saúde do concelho, por isso sempre convidou os Vereadores e os Membros da Assembleia das outras bancadas para estarem presentes e assistirem às reuniões com as autoridades de saúde e poderem ouvir as questões colocadas e as respostas daquelas entidades. Recordou também que, como o Governo é do PS, por várias vezes, solicitou, quer na Câmara, quer nas Assembleias Municipais, a intervenção da Bancada do PS. Informou ter saído um aviso para intervenção nos Centros de Saúde e nas Extensões de Saúde através de fundos comunitários, pelo que solicitou uma reunião à Sr.ª Presidente da ARS, no sentido de propor a celebração de um protocolo entre a Câmara e a ARS para que seja a Câmara a candidatar-se aos fundos comunitários e fazer as intervenções nos estabelecimentos ou nos equipamentos existentes no concelho, nomeadamente, nas extensões de saúde e no Centro de Saúde de Cantanhede, estando disponível para fazer o projeto, caso seja necessário, para lançar concursos e para orientar a obra; -



Relativamente à petição, informou existirem cerca de 4.550 assinaturas, sendo que a Assembleia pode decidir enviar a petição ao senhor Primeiro-Ministro ou a quem entender, no entanto, faltando um mês para as eleições legislativas, considerou não ser o momento mais oportuno, sendo também o entendimento do próprio Município e do Executivo, na penúltima reunião de câmara; - Recordou que, relativamente aos postos de enfermagem, já não há protocolo assinado há vários anos, continuando os Presidentes de Junta a disponibilizar um espaço, o enfermeiro a ser financiado através de deliberações de Câmara e da Assembleia Municipal e a ARS a fornecer os consumíveis, o que, em termos de segurança para as Juntas de Freguesia e para o Município poderá ser muito perigoso caso aconteça alguma situação menos boa nalgum posto de enfermagem; - Relativamente à disponibilização do link de acesso à documentação necessária para a presente sessão, informou que, de acordo com a informação dos serviços, o mesmo foi enviado no dia 10 e reenviado no dia 14 porque, decorrente de uma reunião de câmara urgente, houve necessidade de acrescentar mais pontos na ordem de trabalhos. Acrescentou que, segundo os registos informáticos, no dia 10, sexta-feira, praticamente todos os membros da Assembleia Municipal tinham acedido ao respetivo link, tendo o Sr. Abel Carapêto apenas acedido no dia 14, talvez por ter a caixa do correio do e-mail cheia e não ter recebido a notificação; - Relativamente à situação das estradas no concelho que têm de ser intervencionadas, informou que, como a INOVA ainda vai fazer intervenções, deve-se esperar e não avançar. Em relação à zona da envolvente ao Bairro Vicentina, que está em obra, vai ser intervencionada uma parte, à volta do bairro, bem como a ligação à estrada que vai para Outil, tendo já sido adquirido o terreno ao fundo do loteamento, o que levará a uma escapatória do trânsito e será benéfico para as pessoas que transitam para aquela parte do concelho; - Relativamente à sua nomeação na



Associação Nacional de Municípios Portugueses, agradeceu as felicitações informando que estará sempre em defesa dos interesses dos autarcas e das Juntas de Freguesia, pois só entende o Município como uma atividade conjunta com as Juntas de Freguesia; - Relativamente ao anuário e os valores do custo da água, referiu que a entidade reguladora já há muito tempo entende que a INOVA já devia ter subido os seus preços. Acrescentou que, perante a proposta apresentada no último Conselho Consultivo da ERSUC, de um aumento de preços assustador e preocupante, manifestou, na penúltima reunião da CIM, o seu desagrado e solicitou uma tomada de posição conjunta para contrariar aquela subida de preços, a qual foi votada por unanimidade. Acrescentou que a direção da CIM já teve uma reunião com a ERSUC, que não quer ceder, pelo que considera que se deve tomar uma posição; - Relativamente às questões do Natal, informou que, como não houve melhoria da pandemia, a programação foi condicionada à informação veiculada pela Senhora Delegada de Saúde, e muita coisa não se pôde realizar; - Relativamente à questão da iluminação, apesar de ser uma opção financeira, informou que todos os anos se tem adicionado mais, sendo essa a vontade de ano para ano, para criar um ambiente festivo que traga animação e alegria às pessoas, mas também para propiciar ao comércio local e tradicional uma atratividade maior; - Relativamente à questão das árvores, solicitou que fosse comunicado a Câmara quaisquer alertas que por vezes possam existir e informou que a faixa de gestão de combustível que está a ser feita é mais na linha de pinhal ou de eucaliptal, porque tudo o que diz respeito a sobreiros, carvalhos e oliveiras, por vezes é intocável.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Amélia Castilho, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, desejou um bom mandato a todos os novos eleitos e de seguida, questionou a Sr.ª Presidente da

u

Câmara sobre a sua posição relativamente ao Conselho Municipal da Saúde, que considera ser um passo fundamental para promover uma melhor articulação entre as várias entidades concelhias, prestadoras de cuidados de saúde, se está a pensar fazê-lo ou se já deu início ao processo.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Abel Carapêto, referindo-se ao facto de ter sido nomeado pelo líder da bancada do PSD, quando disse que o PS se associou ao Chega. Afirmou repudiar tais declarações, nem aceitar qualquer colagem ao Partido Chega, com todo o respeito que tem pelo mesmo, porque os princípios que defende estão nos antípodas dos princípios daquele partido. Acrescentou que, quem assistiu ao que aconteceu na Assembleia de Freguesia de Febres, sabe muito bem que quem elegeu o representante do Chega para a Assembleia foram os elementos da Assembleia de Freguesia de Febres, sendo certo que aquela Junta de Freguesia está a fazer o seu trajeto. Desejou de seguida à Presidente da Junta de Febres e a todos os elementos que a compõem, as maiores venturas.-----

----- Interveio também, de novo, o Sr. Carlos Fernandes, referindo, relativamente à questão dos sobreiros, que com a limpeza das faixas de gestão de combustível na generalidade da rede rodoviária do concelho, muitos sobreiros de pequena e média dimensão que estavam protegidos por áreas de pinhal ou eucaliptal, ficaram desprotegidos, sem competição, a crescer mais desenfreadamente e a aumentar a sua envergadura, ficando praticamente a tocar as faixas de rodagem de várias vias municipais e até nacionais, com o risco de, com facilidade, poderem cair para as vias públicas e causar, perigo e acidentes. Sugeriu de seguida que fosse solicitada uma gestão daquele tipo de árvores protegidas para todo o concelho, depois de uma análise feita caso a caso; -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Áurea



Andrade, a qual, recordando ter dito na sua intervenção que *“as questões de saúde no concelho de Cantanhede têm sido alvo de diversas e variadas posições, maioritariamente focadas na questão da urgência e mais recentemente na consulta aberta. Estas posições têm vindo a ser constantes já ao longo de vários anos, com impacto efetivo praticamente nulo, o que tem ajudado a proporcionar algum extremar de posições que não são garantidamente benéficos para o que nos deve mover, que é oferecer respostas às necessidades efetivas das pessoas”*, esclareceu que, com isso, quis dizer que, o que se tem proporcionado ao longo dos últimos anos tem levado efetivamente a algum extremar de posições, o que não é benéfico para ninguém, nem é o pretendido pela sua bancada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou, relativamente à questão sobre o Conselho Municipal da Saúde que o mesmo é constituído por várias entidades da saúde, mas com um nível de representações quase que nacionais/governamentais. Acrescentou que, o assunto deveria ser analisado no contexto da delegação de competências que está a decorrer, e que deveria haver recetividade da parte das entidades da tutela para ouvir e responder, o que não tem acontecido. Afirmou considerar que o Conselho Municipal de Saúde, traria muitos benefícios, porque seria uma partilha de ideias entre vários fóruns políticos e entre várias pessoas que conhecem bem a área da saúde. Reforçou que a não aceitação das competências não tem a ver com nenhuma questão política, mas sim com a discrepância financeira entre o apresentado e o calculado pelos Serviços que é completamente inadmissível e só prejudica a autarquia em termos financeiros. Em jeito de explicação, recordou que teve uma reunião com a Segurança Social, por videoconferência, com a presença da Sr.ª Vereadora da Ação Social e da Chefe de Divisão da Ação Social, sobre

w

transferência de competências, na qual foi apresentado um mapa onde estavam todos os municípios da CIM e do qual constava que o Município de Cantanhede iria receber na ordem dos 27.000,00 € enquanto que outros Municípios, como Coimbra, Figueira, Montemor-o-Velho, Tábua e Oliveira do Hospital iriam receber muito mais. Solicitadas explicações, fomos informadas que, aqueles outros Municípios tinham IPSS's que já realizavam trabalho da competência da Segurança Social, pelo que, esse trabalho também tinha sido valorizado e transferido para os Municípios e causa. Reforçou que, como a Segurança Social não tinha funcionários, delegou serviço que não conseguia fazer em instituições daqueles Municípios, o que não aconteceu em Cantanhede, mas também em outros Municípios, como Soure ou Penela. Assim, com a delegação de competências, as contas que foram feitas foram essas, esquecendo que, esse serviço efetuado pelas IPSS, nos Municípios onde isso não acontece, será feito pelos técnicos dos Municípios. Referiu não entender o que está em causa, se é a transferência de um serviço que é necessário ou o valor histórico que a Segurança Social passava para as IPSS, pois de toda a Ação Social for transferida para Cantanhede pelo valor de um técnico superior na base da carreira, dificilmente esse técnico poderá assegurar todos os outros serviços eram assegurados pela Segurança Social. Voltou a afirmar que não se pode onerar assim o Município, sendo exatamente, o mesmo caso na área da saúde. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que o Executivo da Junta de Freguesia de Febres está a trabalhar com três pessoas que foram votadas em Assembleia de Freguesia, para fazer parte do Executivo da Junta de freguesia de Febres, pelo que não está a trabalhar com o Chega.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Conceição Sá, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, fez uma pequena reflexão sobre a criação do Conselho Consultivo Municipal para a Saúde. Recordou que durante todo o mandato anterior, a saúde foi um assunto recorrente no qual houve participação democrática e um incentivo a essa participação por parte da Sr.ª Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia, tendo sido tomadas um conjunto de medidas públicas, nos meios da comunicação social e solicitada uma participação mais agressiva de todos os membros da Assembleia Municipal. Assim, afirmou que, não sendo uma questão política ou partidária, custa-lhe aceitar a ideia de que os problemas de saúde do concelho de Cantanhede se resolvem com a sua constituição. Acrescentou que, ao existir um Conselho Consultivo para a Saúde, parece-lhe que se está a transpor a responsabilidade para o órgão municipal, deixando os restantes elementos dos órgãos autárquicos de ter participação cívica e de tomar posição relativamente à saúde no concelho de Cantanhede, colocando para segundo plano a importância dos Membros da Assembleia.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. José Vieira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, relativamente à questão da saúde, recordou ter sido o próprio a alertar à Sr.ª Presidente da Câmara sobre o matagal que estava a invadir o Centro de Saúde. Acrescentou ter havido reuniões em Coimbra das quais não resultou qualquer resposta, chegando à conclusão que, na verdade, tem que haver uma resposta. Referiu que, enquanto socialista e enquanto membro da Assembleia, não se pode calar porque se sente, de alguma forma, importunado na rua pelo facto do seu próprio partido não dar uma resposta às solicitações do Município. Reforçou que o Partido Socialista de Cantanhede também tem feito as suas diligências sem receber qualquer feedback, não fazendo sentido que continue dessa forma pelo que, afirmou continuar



disponível para apoiar o Município no sentido de resolver a situação da saúde. Mudando de assunto, sugeriu que, no Museu que está para abrir seja criada uma ala para o pintor Alves André porque tem várias referências em Cantanhede e seria uma mais-valia para Cantanhede e para o Museu. Sugeriu ainda a criação de um Museu da Água no reservatório que está abandonado, perto da Santa Casa, completamente digital, culminando em cima com um Posto de Turismo, podendo ser um polo de atração cultural e educativo, para as escolas. -----

----- Voltou a intervir a Sr.<sup>a</sup> Áurea Andrade, em resposta à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Conceição Sá, esclarecendo que, o que propôs foi a criação de um grupo de trabalho com pluralidade na sua representação que possa motivar e desenvolver a discussão e apresentação de ideias, de articulação efetiva entre as diversas entidades do concelho, objetivando assim os cuidados de saúde e as respostas às necessidades da população, grupo esse que poderá vir a ser a génese de um futuro Conselho Municipal de Saúde. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, esclareceu que não houve qualquer coligação na Junta de Freguesia de Febres, pois a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia, individualmente, optou por fazer coligação com o PS e o Chega retirou-lhe a confiança política. Relativamente à intervenção do Sr. Abel Carapeto, afirmou respeitar a sua ideologia e a sua postura típica do PS, mas também lembrou que se está nesta Assembleia, é porque alguém votou nele, pelo que terão de conviver pacificamente. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou não pôr em causa que a criação de um grupo de trabalho não possa ser uma coisa benéfica



para o concelho, mas, em sua opinião não irá resolver os problemas da área da saúde. Recordou o grupo de trabalho, do qual fez parte, que foi criado quando o Hospital poderia passar para a Misericórdia, que teve muitas reuniões e ainda que, quando chegou à altura de se decidir algo eficaz e que poderia ter já resolvido o problema, os participantes do Partido Socialista saíram do grupo. Afirmou acreditar que têm de unir esforços para obter uma resposta do Governo, pois o problema não é, nem dos partidos, que estão unidos no que toca à saúde, nem dos profissionais de saúde, que estão abertos a todas as propostas, nem do Município, que está sempre a pensar no bem-estar dos munícipes, mas sim do Governo que não dá resposta.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Conceição Sá, respondendo à Sr.ª Áurea Andrade que, pediu a palavra na sequência da intervenção da Sr.ª Amélia Castilho que questionou diretamente à Sr.ª Presidente da Câmara relativamente à criação do Conselho Municipal Consultivo para a Saúde. Referiu parecer-lhe que à criação de um grupo, para estudar as questões da saúde, eventualmente, poderia evoluir para a constituição de um Conselho. Concordando com a constituição do grupo, referiu que cada um tem a liberdade de pensar, de tomar decisões e de uma forma coletiva, olhar para o interesse do concelho e não ceder à tentação do alinhamento do partido que eventualmente possa ou não impedir a tomada de posição livre e consciente de cada uma das pessoas do concelho.-----

----- Finalmente, considerando que o assunto da saúde é recorrente na sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, relativamente ao Conselho Municipal da Saúde, afirmou estar em consonância com quem alerta para a sua eficácia, porque já pôde verificar por experiência em outras situações que, as diversas entidades da Tutela que integram qualquer Conselho estarão em perfeito alinhamento com a mesma. Subscrevendo as palavras da Sr.ª Conceição Sá, afirmou que os Membros da

Assembleia, porque foram eleitos, têm legitimidade para representar os seus munícipes, até porque seria constituída por pessoas que tiveram ou têm o seu percurso profissional na área da Saúde, nomeadamente, Amélia Castilho, Áurea Andrade, Conceição Sá, Maia Gomes, Carlos Fernandes e Joana Seabra. Acrescentou serem pessoas ligadas ao setor da saúde e que, se quiserem fazer um trabalho válido, são suficientes para elas próprias se constituírem num grupo, que poderá produzir algo num espaço de tempo muito breve, uma vez que os problemas estão identificados e só não estão resolvidos pela falta de resposta da tutela, apesar de toda a disponibilidade manifestada pelo Município. Acrescentou que, no momento, o problema resume-se a questões políticas e tem a ver com o facto do Ministério da Saúde, através da ARS, simplesmente, ter negligenciado e desresponsabilizado ao longo do tempo as respostas que deveria dar ao concelho. Referiu, de seguida, que as pessoas que elencou conhecem perfeitamente os problemas da saúde existentes, alguns enquanto dirigentes de IPSS's, sabem bem o que se poderia fazer no Concelho, relativamente aos cuidados de saúde domiciliários e primários, aos postos de enfermagem, às IPSS's, nomeadamente, uma rede que poderia proporcionar muita economia ao SNS. Apelou assim a uma atitude positiva, despartidarizando a situação, sugerindo que se reúnam e que falem e discutam abertamente o assunto e façam um resumo do que tem sido o passado, e a partir daí, serem consequentes e não desistir.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 2 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que foi solicitado às bancadas para se pronunciarem e eventualmente deixarem sugestões, apresentou o documento contendo as anotações e algumas correções que foram solicitadas, tudo devidamente assinalado, colocando de seguida o documento à discussão.-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que, de acordo com o que foi apresentado e enviado a todos os Membros, foram solicitadas alterações aos artigos 18.º, 19.º, n.º 3 do art.º 42.º, 46 e n.º 3 do art.º 49.º, tendo, procedendo de seguida a uma breve explicação das mesmas.-----

----- Intervieram de seguida sobre o assunto, os Sr.s José Malta, Ulisses Salvador, Carlos Fernandes, defendendo as suas propostas, nomeadamente: - O Sr. José Malta, alertou para a questão do tempo, pois sendo certo que os prazos propostos estão de acordo com o previsto por lei (período mínimo de 8 e 2 dias úteis), nada impede que o regimento possa ir além da legislação e indicar 15 e 5 dias úteis no sentido de terem acesso à ordem de trabalhos e à documentação com mais antecedência e poderem analisá-la com mais atenção. Relativamente às formas de votação, referiu existirem apenas duas, a votação nominal e a votação por escrutínio secreto, existindo sim diferentes modos de proceder à votação, como seja, levantado, sentado, de braço no ar, com declaração verbal, com cartão, etc... Considerando estas como sendo por votação nominal, a votação por escrutínio secreto acontece quando envolva comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa. Considerou assim que a proposta da al. d) do artigo 42.º, relativamente à votação na plataforma eletrónica, não deixando ser uma forma de votação por escrutínio secreto, deveria ser revista; - O Sr. Ulisses Salvador, referiu que, relativamente aos prazos de 8 e 2 dias, sendo o que

u

está previsto no n.º 1 do art.º 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, não devem ir contra a Lei. Relativamente ao art.º 42.º, concordou com a proposta da bancada do PSD, uma vez que as formas de votação estão muito explícitas e relativamente ao art.º 49, esclareceu que a sua proposta dos 30 dias é no sentido dos assuntos serem tratados de forma célere, após a sua aprovação; - O Sr. Carlos Fernandes, entendendo e partilhando a necessidade de todos os Membros da Assembleia poderem programar com antecedência os seus compromissos, relativamente ao ponto 2 do artigo n.º 18.º, afirmou optar pela versão mais restritiva, porque com a versão mais abrangente poderão correr o risco de não cumprir o regimento. Também no n.º 3 do artigo 19.º, referiu que, como as bancadas podem propor assuntos até 5 dias antes das sessões, se o prazo for de 5 dias, não existirá espaço de manobra para os serviços efetuarem os procedimentos necessários e comprimirem esse prazo, devendo manter-se o prazo inicial. Relativamente ao artigo n.º 42.º, referiu não concordar que existem apenas duas formas de votação, no entanto a votação é nominal porque é visível para todos os Membros que votam e a votação eletrónica por escrutínio secreta, não o é, por isso considera preferível a visão mais conservadora dos Serviços; - Quanto ao artigo n.º 49.º, esclareceu que se trata da publicitação das deliberações, isto é um resumo contendo o que foi objeto de deliberação e qual foi o resultado final da deliberação, o que é perfeitamente apresentável no prazo de 30 dias. Acrescentou que se fosse a entrega da ata final, a questão já poderia ser mais complexa.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, refletindo sobre a metodologia a adotar, nomeadamente, discutir e aprovar ponto a ponto os artigos que têm sugestões de alteração e, no final, aprovar o regimento na sua globalidade.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de novo a palavra ao Sr. José Malta, o qual referiu, relativamente à questão dos prazos, concordar que fiquem apenas como recomendação e não plasmados no regimento. Relativamente às formas de votação, propôs alinhar a proposta do regimento com o que diz a Lei, nomeadamente, que só há duas formas de votar, uma por votação nominal e outra por escrutínio secreto, pois não tinha conhecimento que na plataforma eletrónica, todos os restantes membros iriam saber ou não, em quem vota.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, relativamente aos artigos 18.º e 19.º, questionando se estariam todos de acordo então em não considerar as alterações propostas, ficando apenas como recomendação, ao que todos anuíram. Relativamente ao artigo 42.º questionou sobre a possibilidade de fundirem as duas propostas para que fique claro que seja do acordo de todos. Após breve troca de impressões entre o Sr. Carlos Fernandes, o Sr. José Malta e o Sr. Ulisses Salvador, concluíram manter a redação proposta pela bancada do PS, adicionando na alínea a) por votação nominal (Em que cada membro revela o seu sentido de voto) (...) e acrescentar a alínea c) proposta como alínea d) pelos Serviços, ficar sem efeito a questão dos 30 dias no artigo n.º 49.º e no artigo n.º 46 é acrescentado o *ponto n.º 3 – “Nas sessões da Assembleia Municipal podem ser transmitidas em direto e online através da plataforma de streaming caso aquele órgão deliberativo aprove a sua transmissão, bem como as condições em que a mesma se vai realizar”*.-----

----- Na sequência de uma intervenção do Sr. Carlos Fernandes sobre a inclusão do ponto n.º 3 no artigo 46.º, que segundo ele, ficaria pendente da aprovação do ponto da ordem de trabalhos n.º 33, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, após alguma discussão na qual intervieram o Sr. Carlos Fernandes, a Sr.ª Áurea Andrade e o Sr.

Abel Carapêto informou que o Regimento tem que ser aprovado, podendo, se necessário, ser novamente revisto e aprovado consoante a deliberação a tomar naquele ponto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual informou que se iria abster na votação na generalidade do Regimento, pelo facto de não ser alterado o artigo n.º 18.º, de 8 para 15 dias seguidos de antecedência, pois considera os 8 dias manifestamente insuficientes para quem tem que preparar devidamente todos os pontos da Assembleia e organizar a sua vida pessoal.-----

----- Também o Sr. Abel Carapêto interveio afirmando concordar com o Sr. Rogério Marques, pois também considera os prazos indicados nos artigos n.ºs 18.º e 19.º muito restritivos para poderem analisar em tempo útil toda a documentação.-----

----- Falou ainda a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, acerca do ponto 3 do artigo n.º 46.º, pelo facto de mencionar que "*as sessões da Assembleia poderão ser transmitidas em direto e online através da plataforma streaming caso aquele órgão deliberativo (...)*", sugerindo a retirada do termo "*streaming*" pois considera que está a mais, querendo dizer que se trata do que está a acontecer na presente sessão, com a participação em direto e online de todos os seus Membros, e não como uma transmissão online numa plataforma como seja, o Facebook ou o Youtube, podendo mesmo colidir com a discussão do ponto n.º 33 da ordem de trabalhos da sessão.-----

----- Referindo de novo que o Regimento tem que ser aprovado, podendo, se necessário, ser novamente revisto e aprovado consoante a deliberação a tomar naquele ponto, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, manteve a redação do n.º 3 do artigo n.º 46.º e, não havendo mais pedidos de intervenção, colocou a votação o

**Ponto 2 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da**

u

**Assembleia Municipal de Cantanhede”, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 29 votos a favor e 1 abstenção.**-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da 3.ª revisão (alteração) orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às grandes opções do plano para o ano de 2021”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a 3ª revisão orçamental, é necessária devido a determinadas situações, nomeadamente, o deslizamento de várias obras, a falta de concretização de algumas candidaturas, de algumas correções habitualmente necessárias no final de ano. Acrescentou que com esta 3.ª revisão, a regra do equilíbrio orçamental definido pela Lei continua a ser cumprido.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da 3.ª revisão (alteração) orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às grandes opções do plano para o ano de 2021”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2022”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, em jeito de introdução, falou sobre o novo ciclo de fundos comunitários do Portugal 2030 e da grande quantidade de projetos existentes ao nível do PRR, sobre as dificuldades que as câmaras têm em aceder às candidaturas e sobre a forma como as equipas do Município se têm preparado para lhes poder aceder apesar de toda a fase pandémica vivida e da crise política existente. Falou ainda sobre as competências que transitaram para as Juntas de Freguesia e o

facto de o Município ter deixado de receber aquelas verbas, bem como das transferências de competências que o Município está a receber sem envelope financeiro. De seguida, baseando-se na projeção de um *power point*, apresentou detalhadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, no valor total de 41.406.407,00€, com uma receita corrente substancialmente superior à despesa corrente e uma receita de capital significativamente abaixo da despesa de capital e que permite uma poupança corrente de cerca de 4.000.000,00€ para poder financiar investimentos. Comentando cada um deles, fez de seguida a discriminação dos seguintes valores aproximados, os quais cumprem com a regra do Equilíbrio Orçamental: - Receita corrente, 25.200.000,00€; - Receita de Capital, 16.200.000,00€; - Despesa corrente, 21.200.000,00€; - Despesa de Capital, 20.200.000,00€. Transferências correntes: - 13.600.000,00€ (FEF, Participação no IVA, IRS, Fundo Municipal; Acordo Pré-Escolar, Contrato Programa Refeições); - Comparticipação de candidaturas (despesa corrente), 1.000.000,00€; - Rendimentos de Propriedade (Juros, dividendos, Concessão, Distribuição elétrica, Edifícios concessionados), 1.300.000,00 €; - Impostos diretos (5.600.000,00€ de IMI, 1.000.000,00€ de IMT, 900.000,00€ de IUC e 600.000,00€ de Derrama), 8.200.000,00€; - Vendas de bens e Serviços correntes (Comparticipação nas refeições escolares e prolongamento de horário dos pais, Piscinas, pavilhão, parques desportivos, estacionamento, etc...), 700.000,00€; - Taxas, multas e outras penalidades (Obras e loteamentos, publicidade, ocupação da via pública, etc...), 400.000,00€. Receitas de Capital: - Comparticipação do Portugal 2020 (Candidaturas consideradas investimentos), 6.900.000,00 €; - Outras transferências (Dos lotes vendidos na Zona Industrial da Tocha), 900.000,00 €; Vendas de bens de investimento (Venda de terrenos, edifícios...), 2.800.000,00 €; - Passivos financeiros (Empréstimos M/L prazo), 2.700.000,00€; - Transferências do



Estado (Participação nos impostos e Fundo Equilíbrio Financeiro e Contrato-Programa com a DGESTE, etc...), 2.700.000,00 €. Despesas correntes: - Despesas com pessoal, 8.500.000,00€; - Despesas com aquisição de bens e Serviços, 8.600.000,00€; - Transferências correntes (Associações e freguesias), 1.700.000,00; - Subsídios para a Empresa Municipal, 1.200.000,00€; - Outras despesas correntes e juros e outros encargos, 1.200.000,00€. Despesa de Capital (Aquisição de bens de capital, Transferência de capital, Passivos financeiros, ativos financeiros e outras despesas de capital), 20.200.000,00€. Despesas de capital por funções: - Funções Gerais - Administração geral (aquisição de software para o funcionamento dos serviços, aquisição de equipamentos administrativo e básico, aquisição de viaturas através da locação operacional), 948.409,00 €; - Proteção civil e luta contra incêndios (subsídio à Junta de Freguesia da Tocha para o funcionamento da equipa de sapadores, custos para a faixa de gestão de combustível, aquisição de equipamento para no âmbito das transferências de competências das praias), 426.060,00 €. Funções sociais: - Ensino não superior (refeições e transportes escolares, bolsas de estudo, auxílios económicos e cursos extracurriculares, ampliação d Escola EB1 de Febres, remodelação da Escola básica Marquês de Marialva de Cantanhede – 2.ª fase, remodelação e beneficiação da Escola Secundária Lima de Faria), 5.493.368,00€; - Serviços individuais de saúde (Financiamento da atividade nos postos de enfermagem nas freguesias que não possuem extensões de saúde, Aquisição de bens, serviços e equipamentos no âmbito da pandemia COVID-19, Aquisição de equipamento para no âmbito das transferências de competências no âmbito da saúde), 136.820,00€; - Ação Social (Beneficiação do Bairro Vicentino, Subsídios a agregados familiares em situação de extrema carência, Subsídios a agregados familiares em situação de extrema carência, Subsídios de Incentivo à

Natalidade, Aquisição de bens alimentares para o projeto Colmeia), 790.455,00€; - Ordenamento do Território (Elaboração e alteração dos Planos de Urbanização e aquisição de cartografia), 424.099,00€; - Cultura (Subsídios às instituições culturais do Concelho, Reabilitação das antigas instalações da Ex-ETPC / Casa da Cultura, Aquisição de Equipamento para o Museu), 1.212.940,00€; - Resíduos Sólidos (Transferência Contrato-Programa para a INOVA – Limpeza Urbana), 433.000,00€; - Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza (Requalificação Dunar da Praia da Tocha, Transferência Contrato Programa para a INOVA – Espaços verdes), 837.132,00€; - Desporto, Recreio e lazer (Subsídios às instituições desportivas do Concelho, Amortizações dos Leasings dos Complexos de Cantanhede e Febres (423.702,00€), Parque Desportivo de Cantanhede (3.277.520,00€), Cons./Manut. Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, Valorização do Património Natural da Envoltente à Praia Fluvial dos Olhos da Fervença (793.940,00€)). Funções económicas: - Indústria e energia (Aquisição de Terrenos para as Zonas Industriais, Energia consumida na iluminação pública, Contrato-Programa com Centro Neurociências Biologia Celular (CNC)), 2.337.035,00€; - Transportes rodoviários (Fornecimentos continuados de inertes, massas betuminosas e materiais de construção destinados à beneficiação da rede viária e pedonal, Requalificação da Rede Viária nas Freguesias do Concelho (3.041.041,65€), Requalificação do Bairro Vicentino – Espaço Público, Requalificação da Marginal da Praia da Tocha, Requalificação da Estrada EN 355 Cantanhede Arazede até Limite do Concelho (559.836,53€)), 6.688.264,00€. Outras funções: - Transferências entre Administrações (Transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito contratos interadministrativos, Transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito de obras e melhoramento nas freguesias e para equipamento e maquinaria, Transferências para CIM-RC, para a Ecopista do Ramal da Figueira da



Foz e outras candidaturas), 2.436.514,00€. 24.000.000,00€ de compromissos plurianuais assumidos a 23/11/2021. Orçamento participativo com 50.000,00€ considerados para 2022: - Orçamento Participativo Comum (fechado): Tem como objetivo adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas e anseios das pessoas. Pretende-se com esta solução a envolvência de todos os cidadãos na procura de soluções e prioridades para os problemas do território do município, abrangendo a totalidade do território do Concelho de Cantanhede. São sugestões de projetos a considerar no regulamento: a Construção do Auditório Municipal, o Centro Tecnológico de Informática de Cantanhede, a Requalificação da Marginal na Praia da Tocha, a Criação de Piscina exterior e espaço de lazer nas Piscinas Municipais de Cantanhede, o Parque Urbano da Quinta de São Mateus: Construção do circuito de manutenção e do parque infantil inclusivo; - Orçamento Participativo Jovem (aberto): Pretende-se a envolvência e a participação dos jovens, com a apresentação de propostas que consideram prioritários até ao limite orçamental anualmente estabelecido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual agradeceu a apresentação detalhada. Afirmou, de seguida, acreditar ter sido um dos orçamentos mais difíceis de fazer, perante a imprevisibilidade existente ao nível nacional, europeu e até mundial devido à crise sanitária, uma muito provável subida da inflação, a subida dos combustíveis, das matérias-primas e da energia. Referiu ser um orçamento corajoso, com ações bem concretas e bem definidas para o bem-estar comum e da causa pública, com um crescimento quer da receita, quer da despesa de capital, o que demonstra, de facto, a vontade do Município querer ganhar as oportunidades de financiamento que estão a abrir ao abrigo dos vários programas comunitários, seja do PPR, seja do Portugal 2030. Comentou, de seguida, o aumento

u

significativo das despesas de capital derivado dos encargos inerentes à rede viária, das obras que estão em execução e prontas para serem executadas, do reforço da coesão territorial com a criação de infraestruturas e equipamentos coletivos e das parcerias com as Juntas de Freguesia. Referiu também as delegações de competências que vão ser impostas em 2022 nas áreas da saúde, ação social, educação, sem esquecer as que já foram assumidas em 2021. Finalmente, congratulou o Município pelo facto do orçamento para 2022 cumprir a regra de equilíbrio orçamental, tal como os anteriores, pautando-se por critérios de rigor, prudência e realismo, estabilidade orçamental, sustentabilidade das finanças do município, e apresentar setores de otimização de recursos, para levar mais longe a qualidade de vida dos munícipes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, elogiando a Sr.ª Presidente da Câmara pelo orçamento apresentado, que considerou arrojado e ambicioso, referiu que se deveria dar mais ênfase à rede viária e aos passeios, em detrimento das ecovias que viraram moda e com as quais se gasta muito dinheiro.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. José Malta, agradecendo à Sr.ª Presidente da Câmara a apresentação eloquente e solicitando informação mais detalhada sobre o orçamento participativo.-----

----- Interveio também o Sr. Abel Carapêto, alertando para alguns assuntos: - Relativamente à habitação, dada a sua grande procura, considerou que o que está explanado no orçamento é muito pouco, devendo dar-se mais atenção aquela problemática; - Relativamente à questão do arranjo da estrada de Lemedo para Arazede, obra que considera prioritária, questionou se seriam acauteladas as vias alternativas, que se encontram muito degradadas, enquanto estiver interrompida

u

aquela via; - Relativamente à via que liga a Praia da Tocha ao Palheiro, questionou se a mesma iria ser melhorada; - Relativamente à questão do orçamento participativo, referiu ser uma iniciativa de louvar, no entanto, considera que a construção do Auditório Municipal e de um Parque Infantil no Parque São Mateus seriam muito importantes para o concelho, o primeiro por ser uma necessidade para promover a cultura e proporcionar momentos culturais aos munícipes, o segundo para ser utilizado pelas crianças.-----

----- Interveio ainda a Sr.ª Áurea Andrade referindo-se também a vários assuntos: - Que o orçamento se deveria focar um pouco mais sobre o Turismo, porque o Concelho tem muito potencial para o mesmo; - Sobre a questão da habitação que se deveria implementar uma rede de habitação a preços acessíveis, para potenciar o estabelecimento de jovens no concelho e porque não há casas para arrendar; Relativamente ao orçamento participativo, referiu que a bancada do partido Socialista se congratula, pelo facto da Câmara o ter colocado em prática pela primeira vez, porque consideram que as obras contempladas são importante e que é prioritário e urgente que Cantanhede tenha um Auditório Municipal com capacidade para promover a cultura num local com condições para o fazer.-----

----- Finalmente, interveio a Sr.ª Presidente da Câmara, esclarecendo os assuntos abordados, da seguinte forma: - Relativamente à ligação da 109 à Zona Industrial da Tocha, referiu ser um projeto existente há mais de 30 anos, que por se tratar de uma obra pesada financeiramente, tentou obter-se uma candidatura. Acrescentou que foi feito um acerto ao projeto inicial, passando a ligação a ser feita da EN 109 à Zona Industrial da Tocha e ao Parque Desportivo da Tocha, mais para poente. Nesse contexto, agradeceu à Junta de Freguesia da Tocha por ter disponibilizado pessoas que, sem qualquer encargo financeiro, foram para o terreno para ajudar na

identificação dos proprietários dos terrenos envolvidos. Acrescentou que, como a Europa não financia vias, esta obra poderá ser uma exceção por ser o final de um troço, pelo facto de retirar o trânsito pesado do centro da vila, por facilitar o acesso à Zona Industrial de viaturas pesadas, pelo acesso à A17 e ao nível turístico, por facilitar o acesso à própria Praia; - Relativamente ao tapete recordou que os concursos já começaram há dois anos e que já representa mais de 8.000.000,00 € em quilómetros de obras feitas com alcatrão, para além de cerca de 3.000.000,00 € por administração direta; - Relativamente às Ecovias recordou que são financiadas ao contrário do alcatrão e que, são vias que também são turísticas e levam as pessoas a praticar atividade física; - Relativamente ao orçamento participativo e às obras pretendidas afirmou que vai estar atenta ao que aparece em termos de fundos comunitários. Quanto ao Auditório Municipal, referiu ser a obra que gostaria de fazer e informou que, como foi projetado para 499 lugares, são exigidos pareceres de várias entidades externas, mas é uma obra para avançar. Relativamente às outras obras, informou já estarem programadas no Plano de Atividades; - Relativamente à questão da habitação informou que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, tem estado diretamente a acompanhar essa área, tendo o Departamento de Urbanismo feito várias reuniões com arquitetos, engenheiros, imobiliárias e até com empresários, para sondar quem está no terreno. Acrescentou, que o objetivo é que se possa investir em Cantanhede, potenciando a possibilidade de ser apetecível para quem investe. Acrescentou que a cidade está toda a ser analisada e repensada, para poder também potenciar a possibilidade de se ter lotes com preços mais acessíveis; - Relativamente ao arranjo da estrada Lemedede/Arazede informou que cada troço da via foi detalhadamente analisado pelos técnicos responsáveis para saber quais as alternativas para desviar o trânsito e não impedir a sua circulação quando a obra



começar; - Relativamente à via do Palheiro informou ser propriedade do ICNF que apenas permite que se faça a correção dos pisos em tout-venant e que se compacte. Acrescentou que, apesar disso, a nova Diretora do ICNF já autorizou que a via do Eurovelo, porque vai ser partilhada, possa ter um tapete normal;- Relativamente à questão do Turismo, que considera também uma grande preocupação, referiu ser transversal a vários outros assuntos, porque quando se fala de requalificar a marginal da Praia da Tocha, em ter um auditório, em melhorar as vias ou o Parque dos Olhos da Fervença, ou ainda em fazer uma ciclovia, está-se a falar de turismo, sendo também extensivo a muitas atividades relacionadas com iniciativas do Desporto e da Cultura.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2022”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor e 7 abstenções.-----

----- Após a votação o Sr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: *“Conforme refere a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede na nota introdutória do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2022, “esta foi talvez a proposta de orçamento mais complexa de elaborar”, razão pela qual não se pode deixar de registar primeiramente uma nota de elogio para todos os técnicos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a elaboração deste documento. Conforme resulta também da leitura da fundamentação política e económica, os documentos previsionais para 2022 procuram garantir capacidade para executar candidaturas que permitam aproveitar as oportunidades de financiamento do Portugal 2020 (na sua fase final), do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência. Em simultâneo, é preciso “acautelar a*



*subida de encargos relativos às novas competências que a Administração Central decidiu impor sem cuidar de garantir os recursos financeiros absolutamente indispensáveis a tal processo”, continuando ainda a garantir a funcionalidade operacional do Município nas diversas áreas, bem como a coesão social e económica do concelho. Assim, destacam-se os seguintes aspetos: 1. Cenário económico incerto, com bons sinais nos últimos trimestres e projeções de crescimento do PIB, mas que poderá sair prejudicado pelo agravar da crise sanitária, pela crise política que determina a execução orçamental em duodécimos até meio do ano, pela subida dos preços da energia e dos combustíveis e pelas dificuldades de abastecimento. Teremos os milhões do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas devido à crise política não sabemos qual será a capacidade para o executar. 2. O orçamento para 2022, à semelhança dos anteriores e tendo também por base os indicadores intercalares disponíveis para 2021, pauta-se por critérios de rigor, prudência, realismo, estabilidade orçamental e sustentabilidade das finanças públicas do Município, apresentando um valor global superior a 41 milhões de euros, o que representa um crescimento de 35 % em relação ao orçamento anterior. 3. Ao nível dos impostos a cobrar em 2022, continua a abdicar-se de uma significativa receita potencial, seja pela manutenção da taxa de IMI para o ano de 2022 em 0,38% (bem abaixo da taxa máxima de 0,45%); seja ainda pela manutenção da aplicação da redução 20, 40 ou 70 euros no IMI a pagar pelas famílias com respetivamente um, dois e três ou mais dependentes a cargo; seja ainda pela aplicação da taxa de 0% da derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000 euros. 4. Ao nível dos projetos com financiamento comunitário, não pode deixar de se destacar a capacidade municipal de submeter e executar projetos, relevando a existência de 29 projetos em curso, cuja receita estimada atinge em 2022*



um valor de 6,8 Milhões de euros, sobretudo relativos ao PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que tem permitido a requalificação de amplas zonas da cidade (as únicas enquadráveis neste Plano). A estes acrescem mais 8 outros projetos que aguardam decisão e que se espera venham a implicar uma receita adicional de quase 6,3 milhões de euros. 5. Em linha com os excelentes resultados financeiros de anos anteriores, como sucessivamente tem demonstrado o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, também são francamente positivos os principais indicadores utilizados por diversas entidades para avaliar a sustentabilidade financeira dos financeiros e a sua capacidade de endividamento, nomeadamente a poupança corrente (dedução da despesa corrente à despesa corrente) com um valor superior a 4 milhões de euros e a regra do princípio orçamental (receita corrente bruta menos a despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo) que é largamente cumprida com um valor superior a 1,3 milhões de euros. 6. Outro aspeto positivo continua a ser o relevante peso das funções sociais no orçamento municipal, com uma dotação que sobe de 9 para 13 milhões de euros e com um peso relativo que sobe de 46,6 para 50,1%, sinal evidente da dedicação que a Câmara Municipal dedica aos seus cidadãos, em áreas tão diversificadas como a educação, ação social, saúde, cultura, desporto e ambiente. 7. As despesas de capital sofrem um aumento superior a 50%, muito por força da beneficiação de vários edifícios escolares, do programa de requalificação da rede viária (cujo valor global ronda os oito milhões de euros) e da terceira fase da construção da Via Regional (ligação da EN 109 à zona de acesso à Zona Industrial da Tocha). 8. Destacamos também a inclusão de um orçamento participativo, iniciativa de enorme valor e que permitirá, por duas vias distintas, a participação da sociedade civil e, particularmente dos jovens, nas decisões e prioridades municipais. 9. Ainda não há muito tempo, o

agora vereador Carlos Sérgio Negrão questionava se concentrar obras em altura de eleições não será "um sinal claro de uma gestão política dos destinos do concelho completamente avulsa?!", se não será "um sinal claro de um executivo que navega à vista?!", se não será "um sinal do que os nossos dirigentes pensam de nós munícipes?!" 10. Perante a dimensão e qualidade do Orçamento que nos é apresentado para 2022, perante o evidente crescimento dos investimentos, ainda por cima no primeiro ano após as eleições autárquicas, perante a quantidade de obras em cursos, a bancada do PSD está na Assembleia Municipal de Cantanhede está em posição de responder as estas perguntas, afirmando que sim há sinais claros, mas sinais claros de uma gestão política pensada e estruturada, sim há sinais claros, mas sinais claros de um executivo com os olhos postos no futuro e no desenvolvimento do concelho e sim há sinais claros, sinais do que os nossos dirigentes pensam nos seus munícipes, para lhes proporcionar bem-estar e qualidade de vida. Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022."-----

----- Também o Sr. José Malta apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: "A pandemia covid 19 teve um impacto muito grande na economia e nas finanças públicas. Estima-se que a crise pandémica custou cerca de 40 mil milhões de euros. As medidas implementadas pelo Governo durante a pandemia em 2020 e 2021 foram fundamentais para hoje termos indicadores macroeconómicos mais positivos. A previsão de crescimento do PIB para 2021 é de 4,8 % e para 2022 de 5,5 %, enquanto que o défice orçamental se estima em 2021 de 4,3 % do PIB e em 2022 de 3,2 % do PIB. Relativamente ao orçamento apresentado pela câmara municipal para o ano de 2022 assente neste quadro macroeconómico, cabe-nos fazer os seguintes comentários: 1 – Os impostos

*municipais deveriam ter tido um decréscimo de forma a incentivar as famílias e empresas a instalarem-se no concelho de Cantanhede. 2 – A agricultura deveria ter uma dotação muito superior e um plano detalhado para atrair investimento. Esta é uma área de grande potencial para criar emprego e fixar pessoas no nosso concelho. 3 – O turismo deveria ter um plano para todo o concelho, onde fossem definidos segmentos e rotas que incluam o mundo rural, o sol e mar e a gastronomia. As nossas aldeias estão muito abandonadas, por isso é urgente atrair pessoas para as aldeias, nomeadamente, o turismo residencial, os nómadas digitais, os projetos de valorização do território podem ser instrumentos para dinamizar as nossas aldeias. 4 – A habitação é uma área crítica no concelho de Cantanhede. Hoje verifica-se grande escassez de casas para arrendamento. A Câmara Municipal deveria promover um programa de arrendamento acessível, inserido numa Estratégia Local de Habitação, por forma a atrair sobretudo jovens para o conselho. 5 – Os deputados eleitos pelo Partido Socialista realçam e atribuem especial importância ao facto de pela primeira vez a Câmara Municipal estar a implementar um orçamento participativo no Concelho de Cantanhede. É um sinal de participação cívica relevante que contribuirá para melhorar a qualidade de vida no Concelho de Cantanhede. Tendo por base estes argumentos, os Deputados eleitos pelo Partido Socialista abstêm-se relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022, na expectativa de que o orçamento para 2023 dê resposta às sugestões que deixamos.”-----*

**----- Passou-se, de seguida ao Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2022”.-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, recordando a carência existente na área mais

u

operacional, nomeadamente com carpinteiros, eletricitas e pedreiros, informou que o mapa de pessoal prevê a criação de 16 propostas de recrutamento por tempo indeterminado na carreira operacional, para a área de auxiliar de serviços gerais, 2 na área administrativa, 2 na área de técnico superior na área da proteção civil e de engenharia civil e 2 na área de técnico superior de engenharia eletrotécnica e saúde ambiental e ainda a possibilidade de mobilidade intercarreiras para funcionários que melhoraram as suas habilitações e já desempenham funções de outras carreiras. De seguida esclareceu sobre a possibilidade de alguns funcionários poderem ser remunerados com um suplemento de penosidade e insalubridade, previsto por Lei, nomeadamente, os funcionários do Cemitério Municipal. Esclareceu que foi entendido que o mesmo deveria ser pago pelo máximo, o que significa 4,99€/dia ou seja 15% de renumeração diária, todos os dias em que estejam a desempenhar aquela função. Contudo, nas reuniões com os sindicatos, o SINTAP e o STAL, foi manifestado que aquele tipo de suplemento remuneratório também fosse extensivo aos funcionários do canil diariamente e à equipa de asfaltamento das vias quando se encontrarem a exercer aquelas funções. Recordou que há diferenças entre um assistente operacional que está a trabalhar na rua com 40 graus a colocar massas quentes e outro que esteja num gabinete com ar condicionado, pelo que esse esforço deve ser pago por ser um trabalho que exige muito mais do funcionário. Acrescentou já ter enviado a sua opinião para a Associação Nacional de Municípios Portugueses e já o ter referido várias vezes na CIM.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual afirmou acreditar que a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e o Executivo têm uma visão integrada das necessidades que necessitam para pôr em marcha o plano de atividades anteriormente apresentado, com uma equipa orientada para um serviço



público, de acordo com critérios de racionalização, eficiência e economia de custos. Acrescentou que, à semelhança do que se verificou na alteração de pessoal em 2021, que teve um aumento inevitável nos ajustamentos dos serviços para dar resposta ao alargamento de competências aceites em 2021 em diversas áreas, para 2022, com a delegação de transferência de competências nas áreas da educação, saúde e ação social, é inevitável um novo aumento. Acrescentou que, ao nível da despesa corrente, as despesas de pessoal representam um valor significativo, no entanto, comparando com os municípios vizinhos, baseando-se em dados da Pordata de 2020, o rácio de funcionários por habitantes era de 0,9 face à Mealhada com um rácio de 1,54, Mira com 1,65 e Montemor-o-Velho com 1,12, o que significa existir margem para poder aumentar a equipa e continuar a trabalhar com boa eficiência.-----

----- Questionou o Sr. Abel Carapêto sobre quantos funcionários estão previstos contratar para 2022.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que a resposta encontra-se no Mapa de Pessoal, condicionada ao número de funcionários que possam passar para a aposentação, mas também à eventual delegação de competências para o Município.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2022”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 6 – “Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da alínea b) do art.º 2.º do anexo à Lei n.º 36/2014, de 26 de junho”**.-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da Assembleia Distrital de Coimbra, a bancada do PSD propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, lista esta identificada com a letra A e a bancada do PS propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariga, Nuno Miguel Pessoa Caldeira, lista identificada pela letra B.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto eletrónico, verificou-se o seguinte resultado:-----

----- Lista A:-----

----- 16 Votos a favor.-----

----- Lista B:-----

----- 10 votos a favor.-----

----- 2 Abstenções;-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 7** – “Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, ao abrigo da alínea i) do art.º 41.º da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto”:-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, ao abrigo da alínea i) do art.º 41.º da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, a bancada do PSD propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, Euclides Manuel Vinagreiro, lista esta identificada com a letra A e a bancada do PS propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, José



Carlos Póvoa dos Santos, lista esta identificada com a letra B,-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto eletrónico, verificou-se o seguinte resultado: -----

----- Lista A:-----

----- 19 Votos a favor; -----

----- Lista B: -----

----- 7 Votos a favor.-----

----- 1 abstenção.-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, Euclides Manuel Vinagreiro, para o cargo a que havia sido proposto.-

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 8 – “Eleição de dois representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais, ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro”**:-----

----- Solicitadas propostas para Eleição de dois Presidentes das Junta de Freguesia do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais, ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, a bancada do PSD propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Alberto Gonçalves Ventura e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Gomes Cruz, lista esta identificada com a letra A e a bancada do PS propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, José Carlos Póvoa dos Santos e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Vítor Manuel Bispo Folgado, lista esta identificada com a letra B.---

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto eletrónico, verificou-se o seguinte resultado: -----

u

----- Lista A:-----

----- 19 Votos a favor; -----

----- Lista B: -----

----- 9 Votos a favor; -----

----- Realizada a respetiva votação foram eleitos o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Alberto Gonçalves Ventura e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Gomes Cruz, para o cargo a que haviam sido propostos.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 9 – “Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do artigo 5.º do Dec.- Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto”**.-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, a bancada do PSD propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Miguel Pessoa Caldeira, lista esta identificada com a letra A e a bancada do PS propôs a Dr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Catarina Batista de Jesus Grilo, lista esta identificada com a letra B.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto eletrónico, verificou-se o seguinte resultado: -----

----- Lista A:-----

----- 19 Votos a favor. -----

----- Lista B: -----



----- 10 Votos a favor.-----

----- 1 Abstenção.-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Miguel Pessoa Caldeira, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 10 – “Eleição do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo Regulamento”:**-----

----- Solicitadas propostas para designação do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento, a bancadas do PSD propôs como candidatos Aidil de Sá Camarneiro Fernandes Machado, Licínia Maria Fernandes Pessoa e Abel Martins Carapêto, lista esta identificada com a letra A. -----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto eletrónico, verificou-se o seguinte resultado: -----

----- Lista A:-----

----- 26 Votos a favor; -----

----- 1 abstenção.-----

----- Realizada a respetiva votação foram eleitos, Aidil de Sá Camarneiro Fernandes Machado, Licínia Maria Fernandes Pessoa e Abel Martins Carapêto, para os cargos a que haviam sido propostos.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 11 – “Constituição do Conselho de Administração da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA, remuneração dos seus Membros e Fiscal Único”.**-----

u

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que o mandato dos titulares dos órgãos sociais da INOVA é coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, e que, de acordo com os estatutos, compete à Assembleia Geral da INOVA a eleição e a exoneração do Presidente do Conselho de Administração e dos restantes membros daquele órgão. Informou, de seguida que, considerando que devia haver uma maior aproximação entre os próprios funcionários e a Empresa Municipal, sem recrutamento externo e com uma representação do próprio Município, e que a INOVA só pode ter dois administradores com funções executivas, foram nomeados: - O Eng.º Idalécio de Oliveira, funcionário da Câmara Municipal na INOVA desde o seu início, como Presidente do Conselho de Administração, com a renumeração mensal líquida de 2.755,16 € e despesas de representação de 534,87 €; - O Dr. Luis Pedro Casalta Martins de Castro, funcionário da INOVA desde a origem, com funções executivas, com a remuneração mensal de 2.755,16 € e com despesas de representação de 400,00 €; - A Dr.<sup>a</sup> Paula Videira, com funções não remuneradas. Acrescentou que àquelas remunerações acrescem o subsídio de alimentação e o subsídio de férias e de Natal. Informou ainda que, sendo o Município o único sócio, foi também nomeada a Assembleia Geral, com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso como Presidente da Mesa e mais dois Diretores da Câmara, Dr. José Negrão e a Eng.<sup>a</sup> Anabela Lourenço e o Eng.º Francisco Henriques da Empresa Municipal. Finalmente, informou que a Assembleia Geral também deliberou propor para fiscal único a empresa Pinto Castanheira & Miguel Castanheira, SROC, Lda, que já vem de há muitos anos, pela quantia mensal de 625,00 € + IVA, com as atualizações legais de acordo com a tabela oficial dos Revisores Oficiais de Conta.-----



----- Foi dada a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual questionou sobre a forma de recrutamento daqueles membros e se existe algum critério de seleção.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que é importante ter alguém na área da engenharia civil, com conhecimento concreto da área das águas. Esclareceu, de seguida que o Sr. Eng.º Idalécio Oliveira era o antigo Diretor de Departamento da Área Ambiental da Câmara, tendo ido para a INOVA com idêntica função e que, no último mandato, com a saída do Eng.º Alves e do Dr. Serafim Pires, transitou para o cargo por ter o conhecimento técnico necessário para aquela área. Relativamente ao Dr. Pedro Castro informou ser licenciado em Gestão, à Dr.ª Paula Videira que também é licenciada e muito importante na área da EXPOFACIC, e que o Eng.º Francisco Henriques é da área da Engenharia Florestal, sendo responsável por toda a parte dos espaços verdes. Referiu ainda que não havia qualquer impedimento legal, estatutário ou até político para colocar outras pessoas, mas o Município pretende gerir a casa por pessoas da casa. Finalmente, informou que o Eng.º Idalécio Oliveira ganha menos como Presidente do Conselho de Administração do que ganharia se fosse técnico superior, uma vez que está no topo daquela carreira, no entanto, sendo gestor público, por Lei não pode optar por aquele vencimento, ao contrário dos Diretores de Departamento que o podem fazer. Considerou ser uma injustiça perante a responsabilidade e o peso que tem, por comparação com todas as outras entidades privadas que gerem águas dos municípios e que têm gestores a ganhar, no mínimo, entre 4.000,00 € a 5.000,00 €.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, concluiu que a INOVA é um bom exemplo de uma boa gestão e a prova de que, mesmo nas mãos públicas, é possível fazer uma boa gestão.-----

u

----- Interveio ainda o Sr. Abel Carapêto, constatando que, relativamente à questão da remuneração, não há qualquer diferença entre o Presidente do Conselho de Administração e o Vogal, diferindo apenas nas despesas representação.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, que na função pública os gestores de topo que fazem um trabalho profissional, no final do ano não têm prémio, tal como acontece no privado.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11** – **“Constituição do Conselho de Administração da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA, remuneração dos seus Membros e Fiscal Único”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 12 - “Proposta de metodologia / Transmissão não sucessória ou judicial dos Prédios respeitantes aos Lotes cuja arrematação consta da deliberação da Câmara Municipal de 29/07/1980”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou tratar-se de um processo que decorre de um requerimento e que se prende com a existência de um ónus existente desde 1980, quando foram vendidos lotes na Praia da Tocha. Esclareceu que, na época foi uma medida eficaz e extremamente importante, porque evitava especulação imobiliária e que ficassem situações por resolver. Esclareceu ainda que, na época, não estava em vigor o RGEU e a maior parte dos proprietários não pedia licença de utilização e que, com aquele ónus o proprietário só poderia transmitir a propriedade passados 3 anos, desde que não fosse por transmissão sucessório judicial. Finalmente, informou que, se propõe à Assembleia deliberar que a Câmara possa autorizar o cancelamento daquele ónus,



desde que a edificação se mostre concluída à data da deliberação ou nas situações constantes da proposta enviada.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - "Proposta de metodologia / Transmissão não sucessória ou judicial dos Prédios respeitantes aos Lotes cuja arrematação consta da deliberação da Câmara Municipal de 29/07/1980"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 13 - "Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade / Processos do 3.º trimestre de 2021 / Proposta de atribuição de subsídio a título excepcional"**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que foram aceites 28 candidaturas de incentivo à natalidade nos últimos 3 meses, sendo que, uma delas foi recebida fora do prazo, pelo que, de acordo com o regulamento, foi excluída porque o subsídio deve ser solicitado até ao limite máximo de um ano após o nascimento do bebé e, no caso concreto, o bebé nasceu em 15/4/2020 e a candidatura entrou no dia 8 de setembro de 2021, tendo o requerente alegado que não conseguiu entregá-la antes devido aos constrangimentos causados pela crise pandémica. Informou, que todas as situações que existiram até à data de não cumprimento do prazo não foram aceites, no entanto, como o requerente evocou a situação especial do contexto pandémico, coloca-se à consideração da Assembleia o pagamento daquele subsídio.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual considerando que, o não cumprimento do Regulamento possa abrir um precedente, podendo, no futuro, mais pessoas usarem aquele ou outros argumentos

u

que considerem plausíveis, afirmou que, se existe um regulamento com prazos claros, se deve cumprir esse mesmo regulamento.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmando ser uma situação excecional que talvez requeira um resultado também excecional, uma vez que este tipo de pedido não tem acontecido e apenas foi invocado pela questão da pandemia, Covid-19. Afirmou ainda que, numa situação futura, a Assembleia Municipal é soberana para pedir todos os elementos necessários e analisar outros casos que possam existir, tendo sempre a prerrogativa de poder aprovar ou não.-----

----- Interveio também o Sr. Rogério Marques, referindo que, na sua opinião, as próprias condições em que se está a realizar a sessão, demonstram que se está numa época de excecionalidade, pelo que, dado o enquadramento de pandemia, aprovar o requerimento em causa, não seria abrir um precedente. Relativamente ao incentivo à natalidade, referiu ser uma preocupação do Município desde 2015 que já beneficiou cerca de 800 crianças e respetivas famílias, sendo um esforço financeiro bem-intencionado do Município e que revela a sua preocupação e sensibilidade relativamente à necessidade de aumentar a natalidade. Acrescentou que, de acordo com uma pesquisa que efetuou, verificou que os municípios quase que competem uns com os outros para dar incentivos à natalidade, tendo abordagens e incentivos variados. No entanto, apesar desses estímulos bem-intencionados não parece ser o suficiente. Referiu ainda que, na sua opinião, se deveria aumentar o valor do incentivo, uma vez que Portugal não tem sabido inverter a tendência nos últimos anos e o concelho também não.-----

----- Interveio ainda o Sr. Carlos Fernandes, afirmando que, por um lado, compreende o que é evocado pelo requerente, porque efetivamente a pandemia trouxe caracteres de excecionalidade e adiamentos de prazo, transtornando a vida



coletiva, a forma como a informação é passada e como são geridos os processos no dia a dia. Recordando, de seguida, que o prazo para entrega do requerimento é de um ano, e que foi entregue quase um ano e meio depois, aquando da abertura quase total dos serviços durante um período largo, informou não se sentir confortável com a situação pelo que se irá abster na votação.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Abel Carapêto, acrescentando que, há que ter cuidado com outras candidaturas que foram recusadas e que certamente utilizaram outros tipos de argumentos que também poderiam ter sido equacionados, para além de que, um atraso de 1 a 3 dias é uma coisa, um atraso de 5 ou 6 meses é outra coisa, podendo os requerentes que viram recusados os seus processos se sentir injustiçados.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou se tinha havido outras recusas.-----

----- Respondeu a Sr.ª Vereadora Célia Simões que existiram recusas em anos anteriores, antes da pandemia, e que no processo em análise, por se compreender que algumas pessoas estão em situações financeiramente difíceis, o caso foi levado à reunião do executivo camarário, na qual foi entendido que deveria ser presente à Assembleia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - "Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade / Processos do 3.º trimestre de 2021 / Proposta de atribuição de subsídio a título excepcional"**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 19 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que o **Ponto 14 - "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das**

u

Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / De julho a outubro 2021”, o Ponto 15 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Ourentã em reunião camarária de 15/06/2021 e em sessão da Assembleia Municipal de 25/06/2021 / Requalificação do Mercado de Ourentã”, o Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesias de Tocha / Beneficiação da sede da Junta de Freguesia de Tocha”, o Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte e Reabilitação do Edifício da Quinta de Santo António e Muros envolventes” e o Ponto 18 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesia de Febres / Construção do Museu do Ouro e da Relojoaria” tratam de assunto relacionados com subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia pelo que solicitou que fossem explicados em conjunto, sendo, de seguida votados individualmente.-----

----- Interveio então a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio informando que:

- O ponto 14 refere-se aos subsídios atribuídos às freguesias destinados aos postos de enfermagem, atribuindo-se à Freguesia de Freguesia de Cordinhã 1.144,10€, à Freguesia de Ourentã 1.130,64€, à Freguesia da Sanguinheira 1.063,34€, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça 1.157,56, à União das Freguesias à União das Freguesias de Covões e Camarneira de 966,49 € e à União das Freguesias de Portunhos e Outil de 2.301,66€.
- O ponto 15 refere-se à alteração do montante do subsídio atribuído para a requalificação do Mercado de Ourentã, propondo-se que o montante atribuído seja anulado e reanalisado em 2022 devido a uma questão



relacionada com a candidatura à ADELO; - O ponto 16, refere-se ao diferimento do valor de 19.065,00 € para o ano de 2022, relativo a um subsídio que foi atribuído à Freguesia da Tocha na comparticipação com as despesas das obras de beneficiação da sede da Junta de Freguesia que não se executaram, mas que irão ser executadas no próximo ano; - O ponto 17 refere-se também ao diferimento para o ano de 2022 de 34.711,71 € atribuídos à Freguesia de Ançã, destinado à requalificação do Quintal da Fonte e da Quinta de Santo António e muros envolventes; - O ponto 18, refere-se também ao diferimento para 2022 do valor de 233.979,31 € atribuído à Freguesia de Febres, destinado à construção do Museu do Ouro e da Relojoaria.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / De julho a outubro 2021"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida para o **Ponto 15 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Ourentã em reunião camarária de 15/06/2021 e em sessão da Assembleia Municipal de 25/06/2021 / Requalificação do Mercado de Ourentã"**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Ourentã em reunião camarária de 15/06/2021 e em sessão da Assembleia Municipal de 25/06/2021 / Requalificação do Mercado de Ourentã"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

u

----- Passou-se, de seguida para o **Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesias de Tocha / Beneficiação da sede da Junta de Freguesia de Tocha”**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesias de Tocha / Beneficiação da sede da Junta de Freguesia de Tocha”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida para o **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte e Reabilitação do Edifício da Quinta de Santo António e Muros envolventes”**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte e Reabilitação do Edifício da Quinta de Santo António e Muros envolventes”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida para o **Ponto 18 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesia de Febres / Construção do Museu do Ouro e da Relojoaria”**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento do subsídio atribuído à Freguesia de Febres / Construção do Museu do Ouro e da Relojoaria”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 19 – “Proposta de isenção de taxas previstas no art.º 21.º da Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e**



**Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede / Piscinas Municipais / Utilizadores com deficiência”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vereador Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou tratar-se de uma proposta que pretende ser um contributo para a inclusão da pessoa com deficiência. Acrescentou tratar-se de uma alteração ao Regulamento de Taxas no sentido de isentar todas as pessoas com incapacidade superior a 60%, quer sejam residentes ou não no concelho de Cantanhede, sendo mais um gesto para reconhecer e integrar pessoas que têm limitações e que querem praticar natação, sendo um benefício e uma motivação para a prática desportiva.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19 – “Proposta de isenção de taxas previstas no art.º 21.º da Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede / Piscinas Municipais / Utilizadores com deficiência”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

**----- Passou-se, de seguida ao Ponto 20 – “Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2021 pela Câmara Municipal de Cantanhede”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal, em sua sessão de 18 de dezembro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal, pela qual deliberou aprovar a metodologia para a isenção das taxas municipais, a informação prestada contém uma tabela onde tem todas as isenções concedidas pela Câmara no período de 15 de julho de 2021 a 15 de novembro de 2021, no valor de 21.597,35 €, sendo que, desde o início do ano a

Câmara já isentou 29.522,90 €.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 21 – “Apreciação, discussão e votação de proposta de procedimentos / Concessão de isenções de taxas Municipais”.**-----

----- Voltou a intervir a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de uma proposta para criar requisitos, condições e critérios destinados à concessão das isenções referidas no ponto anterior. Recordou que as taxas das autarquias são verbas que servem tendo em vista a obtenção de algumas receitas, contudo, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, conceder isenções totais ou parciais relativamente a algumas situações. Informou ainda que, após consulta de algumas entidades, nomeadamente à CCDR – Norte, conclui-se que esses Regulamentos devem conter obrigatoriamente requisitos, condições e critérios destinados à atribuição daquelas mesmas isenções de taxas, com o fundamento da sucessão do interesse público e com o intuito de promover e implementar a realização de diversas atividades, sejam elas estruturais, desportivas, sociais ou recreativas, projetando também o Município no contexto e na região, sendo que, aquelas isenções serão atribuídas pela Câmara Municipal com conhecimento posterior à Assembleia Municipal nas sessões de junho e dezembro.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 21 – “Apreciação, discussão e votação de proposta de procedimentos / Concessão de isenções de taxas Municipais”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 22 – “Apreciação, discussão e Votação da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso”.**-----



----- A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que a Câmara solicita Assembleia Municipal a autorização para poder assumir compromissos que resultem de projetos e ações constantes das Grandes Opções do Plano, cujos encargos não excedam o limite de 99.759,68 € e que, em cada ano económico e seguintes aos da sua contratação não tenha um prazo de execução superior a três anos, sendo de seguida prestada essa informação à Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 22 – “Apreciação, discussão e Votação da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 23 – “Nomeação dos elementos constituintes da Equipa para a Igualdade na Vida Local de Cantanhede (EIVL) / Para conhecimento”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vereadora, Célia Simões, a qual informou que a Equipa para a Igualdade na Vida Local, tem por competências propor e conceber, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as medidas e as ações desenvolvidas no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade. Informou, de seguida que a mesma é composta pela Presidente da Câmara Municipal, Helena Teodósio, pela Vereadora do Pelouro, a própria, pela Chefe da Divisão de Ação Social e Saúde, Ana Paula Bastos, pela Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos, Isabel Cruz, pela responsável da Divisão Financeira, Guiomar Pereira, pela Chefe da Divisão de Educação e Juventude, Cláudia Azevedo, pela representante da Associação Fernão Mendes Pinto, Marta Santos, por uma representante das OMG, nomeadamente, a Rede Europeia Anti Pobreza, Susana Lima, por uma representante da Associação de Planeamento Familiar com

intervenção nos domínios de Estratégia Nacional para a Igualdade e não discriminação, Vera Carnapete, e por uma docente e investigadora do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, Teresa Carvalho. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitando que desse as explicações necessárias para os **Pontos 24 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Derrama a liquidar no ano de 2022 e relativa ao exercício de 2021”, 25 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar no ano de 2022, relativa ao exercício de 2021”, 26 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2022 e relativo aos rendimentos de 2021” e 27 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2022”, relativos às taxas dos impostos municipais.**-----

----- Tomou então a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, esclarecendo que, relativamente ao IMI, a coleta que cabe a um município como o de Cantanhede não tem nada a ver com as coletas de outros municípios como Loulé, Oeiras, Cascais ou Lisboa, uma vez que a taxa incide sobre o valor da avaliação dos imóveis, que nada tem a ver com o valor das avaliações dos imóveis do Concelho de Cantanhede. Acrescentou que se propõe fixar a taxa de 0,38 € para os prédios urbanos e 1% para os prédios rústicos, bem como a redução de taxa de IMI em



20,00€, 40,00€ e 70,00€ para os agregados familiares que tenham, respetivamente, 1, 2 e 3 ou mais dependentes, medida que tem um impacto de quase 80.000,00 € a menos nos cofres do Município. Informou ainda, a título de curiosidade, que o Município de Cantanhede tem 1490 agregados com 1 dependente, que originaram uma dedução da coleta de 29.800,00€, 1037 agregados com 2 dependentes, que originaram uma redução de coleta de 41.480,00€ e 105 agregados com 3 ou mais dependentes que originaram uma redução da coleta no valor de 7.350,00€, perfazendo o total de 78.630,00 €. Relativamente ao IRS, recordou tratar-se de um imposto que incide sobre o valor real que a pessoa recebe, propondo-se a taxa de 5%, sendo certo que existe uma grande quantidade de famílias que não pagam IRS e informou que, até 30/09/2021 o Município arrecadou 925.290,00€. Relativamente à Derrama, informou que se propõe a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas e que tenham um volume de negócios no ano anterior superior aos 150.000,00 € e a taxa de 0% para as empresas que tenham um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00€, com o compromisso de que todo o valor arrecadado seja aplicado nas Zonas Industriais. Informou ainda que o Município recebeu até 30/09/2021, 511.896,00€ daquela taxa. Relativamente à fixação da taxa municipal de direitos de passagem, recordou que durante muito tempo as empresas foram isentas daquela taxa porque as mesmas eram refletidas nas faturas dos consumidores. Informou de seguida que se propõe a taxa de 0,25% que será paga pelas empresas operadores de infraestruturas, não podendo ser refletida nas faturas dos consumidores nos termos do disposto na Lei.--

----- **Passou-se então ao Pontos 24 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Derrama a liquidar no ano de 2022 e relativa ao exercício de 2021”**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual propôs, relativamente à Derrama, tendo em conta a crise do COVID, que fosse alargada a isenção até aos 200.000,00€, porque muitas empresas estão com problemas de tesouraria. Referiu de seguida que, comparando com os concelhos limítrofes, a taxa de derrama do Município de Cantanhede é a mais elevada, no entanto, também compreendo que a Câmara tenha que ter receita.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, há uns tempos o Município fez uma candidatura para a requalificação das zonas industriais, a qual foi aprovada mas que a Câmara deixou cair porque uma das imposições daquela candidatura era que fosse aumentado substancialmente o preço de venda de terreno ao metro quadrado. Acrescentou o Município tem vendido terreno a 8,00 m2, e que o mesmo deve ser infraestruturado com água, saneamento, eletricidade, gás, passeios e vias. Referindo, de seguida, que só paga Derrama quem tem lucro tributável, não as empresas que se encontram em má situação financeira. Finalmente, considerou que aquele tipo de investimento tem sido uma forma de captar empresas para o concelho, que tem resultado muito bem, no entanto, perante a fase de grandes mudanças que os Municípios estão a passar, sobretudo em termos de competências afirmou ter algum receio do futuro pelo que deve haver grande cautela com tudo. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto Pontos 24 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Derrama a liquidar no ano de 2022 e relativa ao exercício de 2021”** tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 18 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções.-----

----- Após a votação o Sr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: “1. A derrama é um



*imposto que incide sobre o lucro tributável, até ao limite máximo de 1,5 %, podendo ser aplicado uma taxa reduzida às empresas com volume de negócios inferior a 150.000 €. 2. A Câmara Municipal de Cantanhede optou pela aplicação de uma taxa de 1,5% no caso gerais e pela aplicação de uma taxa reduzida de 0% sobre o lucro das empresas com volume de negócios inferior a 150.000€, o que permite isentar a esmagadora maioria das pequenas e médias empresas instaladas no concelho. 3. Da Derrama diz-se comumente que é um imposto de esquerda, já que a fórmula de cálculo do imposto, incidindo sobre o lucro tributável, no fundo garante uma contribuição proporcional aos ganhos, sendo depois a riqueza redistribuída sob a forma de investimentos e, de certa forma, alcançando-se objetivos de justiça material. 4. Aumento de encargos, transferência de novas competências, crise pandémica, crise política e a capacidade de alavancar projetos com fundos comunitários (nomeadamente do PRR) são tudo fatores de instabilidade e que concorrem para tornar contraproducente qualquer redução significativa da receita, como a que se verificaria caso a Câmara abdicasse deste imposto. 5. Denotam-se ainda as medidas de atratividade implementadas pela Câmara Municipal de Cantanhede, nomeadamente os investimentos efetuados na ampliação das zonas industriais e a criação de várias medidas de apoio aos agentes económicos, como o Incentivo à Empregabilidade, o Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial ou a concessão de múltiplas isenções. 6. Prova evidente de que esta visão integrada deve prevalecer e de que a taxa de Derrama não constitui, por si só, qualquer obstáculo para as empresas, é a enorme procura de que as zonas industriais do Município de Cantanhede têm sido alvo, consubstanciada nas elevadíssimas taxas de ocupação e nas sucessivas notícias que têm vindo a público sobre a instalações de novas empresas, muitas delas de relevo no panorama nacional e até internacional. 7. Refira-*

3

*se ainda que esta é também a visão dominante nos municípios da região com alguma dimensão populacional e empresarial, casos de Coimbra, Figueira da Foz e Aveiro, que aplicarão taxa idêntica à de Cantanhede. Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede relativa à proposta da Taxa de Derrama a cobrar em 2022."*

----- Também o Sr. Tito Monteiro, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: "*As Políticas Municipais devem potenciar ao máximo o desenvolvimento económico e o máximo de captação de Investimento gerador de riqueza e emprego, com conseqüente atração de pessoas para o concelho de Cantanhede. A proposta apresentada mantém em vigor, as mesmas condições do ano transato, pelo que no entendimento dos Deputados da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, a solução apresentada fica muito aquém da conjuntura que atravessamos de crise económico-financeira, fruto da pandemia com que continuamos a lidar e que no momento atual se encontra em fase ascendente. Os Municípios mais próximos do Concelho de Cantanhede como o de Mira ou da Mealhada praticam taxas substancialmente mais baixas ou mesmo nulas neste contexto. Tendo em consideração que os Executivos da Câmara Municipal de Cantanhede têm apresentado consecutivamente saldos de gerência positivos na ordem dos milhões de euros, os Deputados desta Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista votam contra esta proposta que além de difícil compreensão, continua a sobrecarregar o tecido empresarial do Concelho.*"-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 25 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar no ano de 2022, relativa ao exercício de 2021”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual referindo-se ao relatório anual da Política Tributária da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE, afirmou que Portugal está entre os países com maior carga fiscal, tendo em conta o produto interno bruto per capita nacional. Após uma breve explicação sobre a relação entre os países com mais baixo PIB per capita que tendem a ter rácios de impostos sobre o PIB mais baixo, enquanto os países que têm PIB per capita alto, tendem a ter receitas fiscais mais altas, e sobre casos atípicos que contrariam a regra com níveis de PIB per capita muito acima da média, mas com cargas fiscais abaixo da média, ou ainda países com níveis abaixo da média do PIB per capita, mas com receitas fiscais relativamente altas, concluiu que Portugal tem um PIB baixo ou médio com uma receita fiscal muito alta, e apesar dos elementos da bancada do Partido Socialista falarem em reduzir a carga fiscal no município, facto com o qual afirmou concordar, o Governo central não tem dado qualquer sinal nesse sentido.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 25** – **“Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar no ano de 2022, relativa ao exercício de 2021”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 21 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, o Sr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: *“1. Ao longo de vários anos, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis foi gradual e progressivamente reduzida, até ter sido atingida em 2017 a taxa de 0,38%, taxa atualmente proposta e que se manteve estável desde essa altura. 2. Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano*



sobre os prédios urbanos e que pode variar entre 0,3% e 0,45%. Ou seja, a taxa proposta para o Município de Cantanhede é significativamente inferior ao máximo legal (que até já foi de 0,5%) e aproxima-se do valor médio permitido. 3. As muitas e recentes alterações ao regime da tributação municipal do património e que levaram a um aumento significativo das taxas, foram introduzidas pelo último governo PS, que referia expressamente no seu programa de Governo que as alterações ao IMI se inserem "no contexto dos objetivos estabelecidos para a participação na receita pública e de alargamento da participação nas receitas fiscais geradas no município". 4. O Estado Central tem em curso a transmissão de um enorme e oneroso pacote de transferências de competências que vão agravar a despesa, motivo pelo qual é necessário acautelar receita não só para esse acréscimo de atividade, mas também para o normal funcionamento e para investimentos necessários. 5. Como habitualmente, realça-se com agrado a preocupação histórica do Município de Cantanhede com as famílias, consubstanciada na redução do IMI para agregados familiares com dependentes, medida fundamental para as dinâmicas sociais e a atracção e ancoragem de jovens famílias, e que há anos tem sido deliberada pelo executivo nos seus valores máximos, ou seja, 20, 40 e 70€ para os agregados familiares com, respetivamente, um, dois e três ou mais dependentes a cargo. 6. A este propósito, estranhámos a declaração de voto apresentado pelo PS na Câmara Municipal em que, entre outras razões, se argumenta que as isenções previstas abrangem todos os agregados, independentemente do seu nível de rendimentos. Ora, não há muito tempo, um dos vereadores que subscreveu aquela declaração de voto criticava outros vereadores do mesmo partido por se terem absterido na votação da mesma matéria, porque entendia ser "uma iniciativa conceptualmente positiva e que por pouco impacto que individualmente possa ter nas vidas das famílias, não deixa de

*ser salutar". 7. Nesta lógica e por outro lado, a poupança obtida com a redução do IMI tem um "valor subjetivo e deve ser interpretado com cuidado. De facto, nem todos os residentes são sujeitos de IMI e, por isso, este valor não representa uma poupança para os não sujeitos, mas pode, contrariamente até ser visto como um custo, pois deixam de beneficiar da aplicação destes recursos que seriam obtidos pelos municípios, na prestação de serviços e bens públicos." (in OCC – Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses). 8. Tanto a política fiscal como a reabilitação urbana devem ser encaradas de forma integrada, pelo que, sem prejuízo de futuras alterações à taxa que possam vir a ser deliberadas ou da eventual aplicação das majorações e minorações previstas na Lei, a presente proposta de taxa de IMI apresentada pela Câmara Municipal de Cantanhede devem ser enquadradas numa matriz diversa de medidas, apoios e estruturas de índole social, económica e urbanística, que incluem os Programa de Incentivo à Natalidade, o Programa de Incentivo à Reabilitação Urbana, o Programa de Apoio à Empregabilidade, a recente revisão das taxas urbanísticas, entre muitos outros. 9. Todos gostaríamos de ter uma taxa menor e de pagar menos impostos, mas uma baixa radical da taxa de IMI pode implicar uma diminuição da arrecadação de receita superior a 1 milhão de euros, o que implicaria necessariamente uma menor capacidade de execução de investimentos. 10. É certo que se poderia optar pela via repressiva e prever o agravamento de IMI nalgumas situações (como os prédios urbanos devolutos), mas partilhamos a visão do executivo de que a política, em primeira instância, deve ser feita pela positiva, procurando-se atingir os mesmos fins com isenções, estímulos e programas de apoio que visam a requalificação urbana. 11. Assim, a bancada do PSD, coerente com as posições previamente assumidas no passado e no respeito pela prudência que tem pautado a ação do executivo municipal e pela política de desenvolvimento para o concelho que*

tem sido concretizada por Helena Teodósio e sua equipa, vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede para fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis no ano de 2022, relativa ao exercício de 2021."-----

----- Também o Sr. Abel Carapêto apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: "Atendendo a que o país se encontra em fase de recuperação de uma forte crise económico e financeira, decorrente da pandemia COVID 19, que teve graves consequência para as pessoas, nomeadamente, no custo de vida, tanto pelo lado do consumo, como pelo lado dos cortes salariais e conseqüentemente pela diminuição dos rendimentos, entendem os deputados desta Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista que cabe às autarquias locais ajudar os seus munícipes e as suas famílias, pela proximidade que possuem com os cidadãos. É do conhecimento geral, e os últimos sensos assim o demonstram, que o Concelho de Cantanhede tem vindo a perder população, pelo que cabe ao Executivo do Município definir políticas para atrair pessoas para o nosso Concelho. Embora os Deputados desta Assembleia eleitos pelo Partido Socialista reconheçam o esforço que tem sido feito nesta matéria, consideramos que não chega, pelo que entendemos que a taxa de IMI proposta pelo Executivo Municipal não estimula a fixação de novos residentes no nosso concelho. É muito importante redefinir uma orientação da redução da taxa que não privilegie o cidadão apenas pelo redutor e vago conceito de "nº de dependentes" pois também ninguém prova que o índice de riqueza familiar tem alguma ligação ao número de dependentes. Sendo que, serve "apenas" como apoio à natalidade e pouco ou nada ajuda os cidadãos. A título de exemplo, os jovens que quiserem viver no concelho e não tiverem dependentes nunca poderão usufruir do considerado parco benefício proposto pelo Executivo Municipal. Assim, pelos motivos apresentados e ainda atendendo a que os Executivos



da Câmara Municipal de Cantanhede têm apresentado sucessivamente saldos de gerência positivos na ordem dos milhões de euros, os Deputados desta Assembleia, eleitos pelo Partido Socialista, votam contra esta proposta que, além de difícil compreensão, continua a sobrecarregar fortemente os munícipes e as famílias residentes do Concelho de Cantanhede.”-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 26 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2022 e relativo aos rendimentos de 2021”.**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 26 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2022 e relativo aos rendimentos de 2021”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 21 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, o Sr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: “1. Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial”. 2. Convirá recordar que para além dos 5% correspondentes à participação variável dos municípios, os restantes 95% da receita do IRS são recebidos pelo Estado Central, estranhando-se que ao invés de se pretender um aligeirar da componente municipal, não se opte por pressionar mais o Estado Central para aligeirar a sua parte, que representa a grande fatia deste imposto. 3. A redução de impostos municipais, apesar de ser uma medida popular, desejável e ambicionada, é na maioria dos casos, uma medida que acaba por levar ao endividamento ou por colocar em causa diversos projetos municipais e a

u

valorização do município, até pela complexa, vasta e dispendiosa matriz de transferências de competências que tem sido discutida. 4. Recorda-se que quando o Município de Cantanhede apresentava contas menos positivas e algum endividamento, a oposição criticava a gestão financeira, expressando que a falta de almofada financeira podia comprometer a execução de obras e o arranque de projetos com fundos comunitários. 5. Atenda-se que o orçamento municipal para 2022 é um dos maiores de sempre e haverá necessidade de fazer face às transferências de competências e aos inúmeros projetos em curso e a todos quantos possam advir do Plano de Recuperação e Resiliência, entende-se que garantir receita para fazer face a estes novos e complexos desafios é uma manifestação de responsabilidade política, como a própria oposição antes defendia. 6. Em condições optimizadas, sem crise política, sem crise sanitária, num país rico e sem a carga fiscal que temos, decerto estaríamos todos de condições de votar favoravelmente a diminuição de taxas e a diminuição de impostos, mas a crua realidade impõe critérios de prudência que garanta não apenas a sustentabilidade económica do município, mas também a execução dos investimentos previstos e o reinvestimento de parte destas receitas em apoios sociais aos mais desfavorecidos. 7. Assim, a bancada do PSD, coerente com as posições previamente assumidas no passado e no respeito pela prudência que tem pautado a ação do executivo municipal e pela política de desenvolvimento para o concelho que tem sido concretizada por Helena Teodósio e sua equipa, vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede para a participação do Município de Cantanhede no IRS a cobrar em 2022 e relativa aos rendimentos de 2021 e deixa a sugestão que a ter que cortar por algum lado, comece por o fazer pelas Juntas de Freguesia que votam contra os impostos municipais."-----

----- Também a Sr.ª Áurea Andrade apresentou uma declaração de voto *subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: "O Executivo do Município do Concelho de Cantanhede, tem vindo ano após ano a manter a manter a taxa de IRS no valor máximo de 5%. Desta forma está a bloquear incentivos na atração de jovens e quadros técnicos qualificados, e não contribui de igual forma, para a inversão do progressivo envelhecimento do nosso concelho. Muitas das pessoas que trabalham e vivem no concelho de Cantanhede, possuem domicílios fiscais nos concelhos vizinhos, e com a redução desta taxa de IRS poderiam ser incentivados a mudar-se para o concelho. Em coerência, defendemos que o Executivo Municipal deveria prescindir de parte da receita do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho de Cantanhede. O Concelho tornar-se-ia mais competitivo em termos fiscais, atraindo assim novos residentes. Tendo em conta que os Executivos da Câmara Municipal de Cantanhede têm apresentado consecutivamente saldos de gerência positivos na ordem dos milhões de euros, os Deputados desta Assembleia eleitos pelo Partido Socialista votam contra esta proposta que além de difícil compreensão, continua a sobrecarregar os munícipes e famílias do concelho."*-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 27 - "Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2022"**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, solicitou mais fiscalização por parte da Câmara relativamente aos rasgos que se fazem nas estradas porque não é só a EDP ou a INOVA que as fazem, mas também as empresas de telecomunicações. Acrescentou que, muitas vezes essas

empresas com lucros de milhões de euros rasgam valetas, passeios e outras infraestruturas públicas e, se não houver o cuidado de repor imediatamente o património público municipal no estado em que o encontraram, os custos são muito maiores para o erário público.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 27 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2022”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 28 – “Apreciação, discussão e votação da abertura de procedimento através de hasta pública para “Concessão da exploração do Bar e Restaurante da Paia Fluvial dos Olhos da Ferveça”**,-----

----- Interveio a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o bar e o restaurante da Praia Fluvial dos Olhos da Ferveça estão concessionados de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 24/09/2015 por um período de 6 anos que termina a 14/01/2022, sendo conveniente proceder à abertura de mais um procedimento. Acrescentou que se propões ao nível do caderno de encargos que o período seja de 01/03/2022 a 14/01/2028, por 70 meses, com um a base de licitação de 21.000,00 €, mais IVA, para aquele período, a pagar sob forma de renda mensal. Acrescentou que a hasta pública será publicitada por edital afixado nos locais habituais, nomeadamente nos Paços de Concelho, na freguesia de Cadima, no site da Câmara e nos jornais regionais e nacionais. Informou ainda que o ato público da arrematação terá lugar no dia 07/02/2022 pelas 15 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sendo os lances no mínimo de 500,00€.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**



**28 – “Apreciação, discussão e votação da abertura de procedimento através de hasta pública para “Concessão da exploração do Bar e Restaurante da Paia Fluvial dos Olhos da Fervença”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.--**

**----- Passou-se, de seguida ao Ponto 29 – “Apreciação, discussão e votação da abertura de procedimento através de hasta pública para “Concessão da exploração do Bar da Paia do Palheirão”.**-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, em tempos, a praia do Palheirão já teve um bar concessionado, o qual atualmente se encontra em muito más condições. Acrescentou que alguns empresários lançaram o desafio de o poder reativar, dando outro tipo de projeção aquela praia natural. Propõe-se assim um procedimento público para explorar aquele bar, referindo o caderno de encargos várias condições, nomeadamente, um período de 01/02/2022 a 14/01/2037, ficando o concessionário com o ónus de executar as obras necessárias, as quais estão plasmadas no caderno de encargos, nomeadamente, proceder à reabilitação e ampliação do bar, estimando-se que o curso da intervenção atinja o valor de 104.162,50 € mais IVA, com um período de carência no pagamento de rendas de 2022 a 2028. Acrescentou que, entre 2029 e 2036 os pagamentos serão, no mínimo, de 4.000,00 €, mais IVA, valor que será licitado na hasta pública. Informou ainda que o ato público de arrematação que será no dia 17/01/2022 pelas 15 horas, no Salão Nobre dos Paços de Concelho, não sendo admitidos lances de valor inferior a 500,00 €.

-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual questionou sobre a existência no local de eletricidade ou se vai ser usado gerador e propôs que, tendo em vista a proteção das pessoas e das instalações, bem como evitar roubos, furtos e atos de vandalismo, dado tratar-se de uma zona erma,

que o local tenha alarme, câmaras de vigilância e outros meios, e ainda, que o parque estacionamento seja alargado, dado o existente não ser compatível com o fluxo de viaturas que se deslocam para aquele local que constitui uma zona lúdica de pesca desportiva.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 29** – “**Apreciação, discussão e votação da abertura de procedimento através de hasta pública para “Concessão da exploração do Bar da Paia do Palheiro”,** tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 28 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 30 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de apoios complementares as freguesias no âmbito de obras realizadas ao abrigo de contratos interadministrativos – Requalificação urbana”.**-----

----- Foi dada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se propõe atribuir apoios adicionais a várias freguesias, nomeadamente, à Freguesia de Sepins e Bolho destinado essencialmente a passeios, 23.207,67 €, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, 15.794,11 €, à Freguesia da Sanguinheira, 6.475,95 €, à Freguesia de Cadima, 21.546,33 € e à Freguesia de Ançã, 3.497,47 €. Recordou, de seguida que se destinam a obras que são feitas em propriedade municipal. Tendo que se ausentar de seguida, desejou a todos umas festas felizes e que o próximo ano seja um ano de esperança e um ano de excelência para o Município. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 30 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de apoios complementares a freguesias no âmbito de obras realizadas ao abrigo de**

**contratos interadministrativos – Requalificação urbana”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

**----- Passou-se, de seguida ao Ponto 31 - “Apreciação, discussão e votação de nova tomada de posição/atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulinos na área denominada de “Barrocos” à empresa CálculBenefit – Consultadoria, Ld.ª”.-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, a qual informou que o pretendido é solicitar à Assembleia Municipal uma tomada de posição relativamente àquela matéria para dar mais força à contestação que o Município está a fazer junto das entidades que têm responsabilidade sobre aquele tipo de licenciamento. Esclareceu que a Câmara Municipal, para além de já se ter pronunciado desfavoravelmente por unanimidade, mandou também a Senhora Presidente para tomar as diligências necessários e oportunas junto das entidades competentes para fazer a reversão daquele processo. Acrescentou que, no caso concreto, já foi atribuída uma licença à empresa CálculBenefit, Consultadoria, Lda, para prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulino na área denominada Barrocos, na freguesia de Murtede, tendo o anterior Presidente de Junta, acompanhando o processo que data de 2017. Deu, de seguida as explicações julgadas por convenientes sobre o assunto em causa, falando, nomeadamente, na perigosidade da exploração naquele local, do ponto de vista ambiental, urbanístico e do turismo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Sérgio Maia, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que, se aquela empresa a laborar atualmente, não se sabe bem como, já causa tantos problemas, quer ao nível ambiental, de segurança e mesmo ao

nível cultural, caso se venha a realizar aquele tipo de prospeção no futuro, irão ter ali muito mais problemas, não sabendo como gerir a situação. Manifestou, de seguida o desejo de se tomar uma posição, importante para as pessoas de Enxofães e de Murteide, porque apesar de virem a ter alguns benefícios, os prejuízos serão muito maiores.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual reforçou que, ao contrário de processos anteriores, a exploração já existe, estando licenciada desde a década de 80. Acrescentou que, aquela exploração foi, até dada altura, um modelo quase familiar e, a partir de 2016/2017, houve uma cedência de direitos de exploração e que, a população de Enxofães quando começou a ver a dimensão que estava a atingir em 2017, fez um abaixo-assinado dirigido a um conjunto de entidades com capacidade de fiscalização de nível nacional. Informou, de seguida terem sucedido vários autos com infrações e que em 2017 o processo implicava pareceres da REN e da RAN e uma tramitação legal, porque a área de prospeção foi alterada, pelo que supostamente, teria que ter vindo novamente ao Município. Fez de seguida uma explicação técnica da área de prospeção solicitada e das áreas que têm impedimentos legais, nomeadamente, faixas de proteção às localidades de 500 metros, áreas percorridas pelos grandes incêndios de 2017, onde só são permitidas novas atividades 10 anos depois, áreas de reserva agrícola e ecológica e áreas de proteção em relação a estruturas existentes no município da Mealhada. Referiu ainda, existirem áreas que não têm capacidade de exploração, porque são áreas onde já foi explorado saibro, nalguns casos até de forma ilegal, resultando uma pequena área no meio para prospeção e exploração, que, se for para a frente, se seguirão várias ilegalidades.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu finalmente a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual afirmou tratar-se de uma situação extremamente preocupante, que para além de ser uma questão legal, é quase uma questão de justiça, devendo ser tomadas medidas sérias para evitar que aquela empresa continue a proceder de forma ilegal. Acrescentou que a bancada do Partido Socialista está totalmente solidária com a posição que a Assembleia vier a tomar, porque não se pode continuar a autorizar e a permitir aquele tipo de abusos e de falta de respeito para com as autoridades.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 31 - “Apreciação, discussão e votação de nova tomada de posição/atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulinos na área denominada de “Barrocos” à empresa CálculBenefit – Consultadoria, Ld.ª”, tendo sido aprovado por unanimidade a emissão de parecer desfavorável.**-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 32 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia do Concelho de Cantanhede para a aquisição de cabazes de Natal destinados a famílias carenciadas”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual informou que o Município de Cantanhede mantém a sua atuação no reforço da intervenção social e solidária em tempo de pandemia, no caso concreto, para que algumas pessoas do concelho e algumas famílias tenham um Natal mais recheado. Acrescentou que, à semelhança do que aconteceu no ano 2020, o Município solicitou às Juntas de Freguesia que adquirissem um total de 200 cabazes no comércio local, que também está muito afetado pela pandemia, com o valor máximo de 65,00 € cada, cabendo a cada freguesia os seguintes cabazes: Ançã 13, Cadima 16, Cordinhã 6, Febres 21, Murtede 8, Ourentã 7, Sanguinheira 10, São Caetano 4, Tocha 20,

Cantanhede e Pocariça 47, Covões e Camarneira 19, Portunhos e Outil 10, Sepins e Bolho 11 e Vilamar e Corticeiro de Cima 8. Informou ainda que os mesmos serão ainda completados pelo Município, de acordo com as necessidades das famílias, caso sejam mais ou menos numerosas e informou que os subsídios a atribuir destinam-se à compensação da compra dos 200 cabazes pelas Uniões de Freguesias e Freguesias. A título de informação, referiu que a empresa FAPRICELA, de Ançã, vai oferecer entre 100 a 120 cabazes para ajudar um maior número de famílias e que a Câmara já adquiriu 50 cabazes para a Conferência de São Vicente de Paulo dar a algumas das famílias que acompanha.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 32 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia do Concelho de Cantanhede para a aquisição de cabazes de Natal destinados a famílias carenciadas”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 33 – “Apreciação, discussão e votação da proposta da bancada do PS de transmissão áudio/vídeo das sessões da Assembleia Municipal”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, recordou tratar-se de uma proposta apresentada pela Bancada do PS para a divulgação das sessões da Assembleia Municipal, em sinal aberto, para quem quiser ver o decorrer dos trabalhos, através de meios informáticos, proposta essa que foi enviada a todos os Membros da Assembleia Municipal. Referiu de seguida que há questões que têm que ser acauteladas, nomeadamente, a questão da proteção de dados e como prevenir, se é que pode, a utilização perversa do som e das imagens que forem gravadas. Assim, sugeriu que todos refletissem sobre a proposta e apresentassem um trabalho que poderá ser presente na próxima



Assembleia Municipal para se decidir como será eventualmente fazer ou permitir aquela distribuição.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu que numa proposta deste género, há sempre prós e contras, no entanto, acima de tudo, considera ser o reforço da democracia que está em causa, pois os cidadãos têm o direito de assistir às sessões da Assembleia Municipal, mesmo estando impossibilitados de estar presentes. Acrescentou ser muito importante que as pessoas possam e tenham a possibilidade de assistir, via *online* às sessões da Assembleia Municipal. Concordou com o facto de poder haver um uso abusivo das transmissões e relativamente à questão da proteção de dados, recordou que foram todos eleitos e são figuras públicas, não se colocando essa questão, mas que se poderá colocar perante os Múncipes que estarão a assistir às sessões, o que poderá ser salvaguardo, por exemplo, com a assinatura de uma declaração em como não se opõem à transmissão da sua imagem que possa eventualmente passar *online*. Considerou, de seguida ser uma decisão a favor da democracia, que caso seja favorável, não significa que a transmissão tenha que começar já na próxima sessão, porque naturalmente têm que ser acautelados meios técnicos e humanos para a preparar. Recordou de seguida que as pessoas estão muito afastadas da vida política, facto que se nota muito nas eleições, onde há muita abstenção, sendo o voto um elemento essencial da democracia que se deve combater, podendo o facto de se transmitir o trabalho de todos os Membros, ser uma forma de ajudar a fortalecer e a reforçar a democracia.-----

----- Interveio o Sr. Rogério Marques, o qual afirmou concordar com a possibilidade de transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, no entanto, não apreciou muito a redação da proposta, que denota uma falta de transparência ou de espírito

crítico, quando deveria dignificar a democracia, para aproximar os cidadãos da atividade política, conforme foi acabado de ser referido.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Ulisses Salvador, o qual informou que o Chega, ao nível nacional, relativamente à Comissão de Proteção de Dados defende a mesma posição, pois são todos figuras públicas. Procedeu, de seguida à leitura de uma declaração de voto do seguinte teor: *“Na sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada a 16 de dezembro de 2021, o eleito pelo partido CHEGA vota a favor no ponto 33 da ordem de trabalhos, porque o mesmo já se faz em Assembleias Municipais de outros pontos do país. Desde que este meio utilizado seja gerido em canal próprio, pela Assembleia/Câmara Municipal. Assumindo ainda a mesma, que procederá de acordo com as leis em vigor no que toca à responsabilização criminal ou outra, de quem utilize excertos/citações deturpadas nos diversos meios de comunicação social, com vista a denegrir a imagem dos membros da Assembleia. Cantanhede, 16 de dezembro 2021. O Deputado Municipal eleito pelo Chega., Ulisses Salvador.”* Esclareceu de seguida que, se for difamado por algo que falou na sessão e quiser apresentar queixa, terá que se constituir assistente no processo que tem custas judiciais, mas se for a Assembleia a fazê-lo, já não haverá custas judiciais.-----

----- Interveio ainda o Sr. Carlos Fernandes, procedendo à leitura de um conjunto de posições que consubstanciam a discussão interna da bancada do PSD, do seguinte teor: *“O caráter público das sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais e, no caso concreto, da Assembleia Municipal, resulta inequivocamente do Art.º 49.º, n.º1, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação mais recente (Regime Jurídico das Autarquias Locais – RJAL), bem como do nº 1, Art.º 116.º da Constituição da República Portuguesa, sendo que a sua difusão através de dispositivos eletrónicos é*



*permitida pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados, mas só pode ser feita no estrito cumprimento das normas ali previstas. Sendo claro que é permitido a qualquer cidadão assistir às sessões e informar-se sobre as políticas e realidades locais, não é menos verdade que a captura de som e imagem das sessões das Assembleias Municipais não se encontra prevista no RJAL nem em qualquer outro normativo legal. O PSD e a sua bancada da Assembleia Municipal de Cantanhede (AMC) pugnam pela defesa intransigente de um conjunto de princípios e valores inerentes à social-democracia, entre os quais se incluem a livre expressão de ideias, a participação democrática dos cidadãos e a afirmação da sociedade civil. Em consonância com esses princípios e valores, a bancada do PSD reconhece que a transmissão das sessões plenárias da Assembleia Municipal através de dispositivos eletrónicos poderá contribuir para aproximar autarquia e cidadãos, pelo que, por princípio, não se opõe a essa transmissão venha a ser assegurada, desde que estejam acauteladas condições técnicas, regulamentares e legais para o efeito. Sem prejuízo, como refere parecer recente da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o assunto, "não nos parece que um tal registo e transmissão possa ter lugar de forma livre e discricionária, pelo que devem ser estabelecidas regras para o efeito", mais se acrescentando "nesta conformidade, afigura-se-nos indispensável que a matéria em apreço seja devidamente enquadrada no regimento do órgão autárquico em causa ou, pelo menos, seja objeto de deliberação autónoma e específica para o efeito". Havendo esta necessidade de enquadramento regimental, desde logo e quanto à forma, estranha-se que a proposta do PS tenha surgido de forma avulsa e extemporânea, porquanto na sessão de instalação, no passado mês de outubro, foram os deputados avisados para a necessidade de rever o regimento, que lhes foi enviado a 17 de novembro, com a indicação expressa que neste caso deveriam apresentar as*

*propostas até 30 de novembro. Por outro lado, a proposta por vezes surge feita em termos extremamente desagradáveis, o que suscita várias questões, além de que só muito remotamente atende às reais necessidades da população, nomeadamente pelo recurso excessivo a meras opiniões disfarçadas de jargão técnico e às insinuações, limitações e responsabilidades lançadas sobre o município. Em concreto, só com uma discussão alargada se poderão ponderar devidamente as repostas às seguintes questões: O Município de Cantanhede dispõe de meios técnicos e humanos que permitam a transmissão digital das sessões da AMC? Atendendo à extensa e habitual duração das sessões, estão garantidas condições para a transmissão integral de todas as sessões? Com que custos? Caso as sessões se realizem fora do edifício da Câmara, como já aconteceu várias vezes, a transmissão será possível? Casos os membros participem por via digital (como acontece agora na pandemia), há condições técnicas e legais para a transmissão? Assume-se que o streaming não pode ser profissional? Com que base? Assume-se também que o índice qualitativo deve ser equitativo para todos os intervenientes, no que se refere à imagem, áudio e codificação. Como é tal objetivo alcançável se os deputados estiverem online e tiverem equipamentos diferenciados? Como é tal objetivo alcançável se os deputados falarem mais ou menos afastados dos equipamentos de imagem de recolha e som, como tantas vezes acontece? Pretende-se lançar alguma suspeição sobre a equidade de tratamento dos diferentes deputados ou bancadas? Pretende-se impor um fluxo de transferência de bits (bit rate) que permita a visualização por pessoas com equipamentos e acessos menos capazes. Daqui resulta uma discussão que não se teve: deve a AMC privilegiar maior transmissão ou maior qualidade? Diz-se que os meios de captação e transmissão serão da exclusiva responsabilidade do Município, estando vedados a qualquer entidade exterior. Então e se o Município, por qualquer*



*motivo, pretender contratualizar este serviço? Diz-se que as emissões não podem ser "um veículo de marketing para a câmara através de um excesso de elementos gráficos (oráculos, dados gráficos, identificadores) e planos de corte de quem não está a intervir no momento do registo". Além da insinuação gratuita, procura-se de tal forma limitar a transmissão, que se levantam novas questões: No caso em que são feitas apresentações gráficas (revisões do PDM, relatórios de contas, etc...), os cidadãos devem visualizar a apresentação que os deputados estão a ver ou um plano do interveniente? Nos diálogos mais acesos, em que tantas vezes há rápidas trocas de palavras entre intervenientes, há meios para "saltar" rapidamente entre os diferentes deputados intervenientes? A via privilegiada de intervenção dos cidadãos nas sessões da AMC deve ser presencial, digital ou ambas? A participação dos cidadãos deve limitar-se à visualização dos conteúdos, ou deve proporcionar-se a estes a possibilidade de também participar por via digital no ponto destinado à intervenção do público? Em caso de participação digital, quais os meios de autenticação e as limitações à sua participação? Quais os mecanismos legais existentes e como os aplicar para responsabilização criminal daqueles que subvertam os princípios democráticos inerentes à transmissão, por via ilegal (comentários injuriosos, utilização indevida do som ou imagem, etc...)? Que outras alterações regulamentares terão de ser introduzidas para tornar as transmissões mais céleres, atrativas e equitativas? Definições de tempos por bancadas? Relógios / temporizadores? Limitação do número ou do tempo das intervenções de cada deputado ou cidadão? Por tudo o exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede, reconhecendo fundo construtivo na proposta apresentada, se ela for mantida nos termos em que está, terá de votar contra, pela sua insuficiente e inadequada fundamentação. Como queremos contribuir para as soluções, em alternativa, propõe-se a constituição de*

u

*uma Comissão que permita estudar fundamentadamente esta questão, de modo a garantir a exequibilidade da proposta e a introduzir as necessárias alterações regulamentares: Presidente da AMC – João Moura; 4 deputados do PSD – Carlos Fernandes, Rogério Marques, Conceição Sá, João André Jesus; 2 deputados do PS; 1 deputado do Chega – Ulisses Salvador; 1 representante designado pelo executivo municipal; 1 técnico municipal da área jurídica; 1 técnico municipal da área da comunicação; 1 técnico municipal da área da informática; 1 técnico municipal da área administrativa / apoio à AMC."-----*

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Malta, o qual afirmou concordar com as preocupações manifestadas pelo Sr. Carlos Fernandes e bem assim com o Sr. Abel Carapeto, nomeadamente que a proposta da bancada do PS se prende apenas com a intenção das sessões da Assembleia Municipal passarem a ser transmitidas *online* para estarem acessíveis à população, promovendo a divulgação da democracia. Nesse sentido, concordou com o facto da comissão sugerida por Carlos Fernandes ser criada logo que possível para que essas transmissões se tornem numa prática. Afirmou também partilhar da preocupação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao risco do uso indevido das imagens e das gravações, no entanto, considera ser um risco que se corre, tal como acontece no próprio canal Parlamento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. José Vieira, o qual afirmou que não há que ter medo da tecnologia porque, no momento, todos têm experiências com videoconferências, mas as questões que foram levantadas são pertinentes. Considerou, de seguida, ser importante levar as sessões até às pessoas afirmou não se preocupar muito com a questão da imagem, porque todos os dias estão sujeitos a isso em qualquer lado, sendo mais importante para a



democracia, para a Assembleia e para os partidos, passar a mensagem do que realmente se passou na sessão, não dando origem a deturpações. Finalmente afirmou concordar com a comissão proposta.-----

----- Interveio a Sr.ª Áurea Andrade, afirmando ser uma proposta inicial que tem de ser, efetivamente, tecnicamente bem estudada e estruturada, mas cuja intenção é de que a Assembleia Municipal seja vista pelo maior número de pessoas, para que saibam o que se faz no decorrer das sessões.-----

----- Também o Sr. Abel Carapêto voltou a intervir, reforçando que, a proposta apresentada, é tão somente a transmissão em direto, via *streaming*, das sessões das Assembleias Municipais, sendo que as questões técnicas serão debatidas em momento posterior.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, apesar do assunto apenas dizer respeito à Assembleia Municipal, referiu que o Regimento aprovado já contempla a questão em causa, o que demonstra a vontade interna de se avançar com a proposta, assim que a Assembleia o quiser fazer em determinado contexto. Manifestou de seguida o seu desagrado perante o teor do ponto 4 da proposta apresentada, porque lhe parece que o Partido Socialista está a querer dar entender que as transmissões das sessões poderão ser um veículo de marketing da Câmara.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Carlos Fernandes, reiterando as palavras da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, nomeadamente, que no Regimento foi aprovada a transmissão das Assembleias nos moldes em que vierem a ser acordados. Acrescentou que dois Membros da bancada do PS concordaram com o facto das questões suscitadas serem pertinentes, pelo que as regras para aquela transmissão

u

devem ser balizadas ou na própria proposta ou em alteração ao Regimento, daí a proposta para criar uma comissão para estudar toda a parte técnica.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, em jeito de resumo, referiu que todos concordam em que possa haver a transmissão das sessões, no entanto há que fixar regras propondo-se para isso a criação de uma comissão, composta por um conjunto de pessoas onde estão representadas todas as bancadas.-----

----- Interveio de novo o Sr. Abel Carapêto, afirmando que a Comissão só deve ser criada após a aprovação da proposta apresentada pela bancada do PS, nomeadamente, a possibilidade de se transmitir as sessões da Assembleias Municipais.-----

----- Respondeu o Sr. Carlos Fernandes que, nos termos em que está, a proposta vai muito além da simples assunção da transmissão das sessões, pois tem um conjunto de assunções políticas, de insinuações para com os técnicos e de imperativos legais. Acrescentou que, se for para aprovar tal como está, a bancada do PSD votará contra.-----

----- Interveio novamente a Sr.<sup>a</sup> Áurea Andrade, voltando a esclarecer que o que está em causa é saber se estão todos disponíveis, ou não, para fazer a transmissão das sessões das Assembleias Municipal via *online*. Acrescentou que, caso seja afirmativo, estarão disponíveis para, a seguir, integrar uma Comissão e, para ver as condições, em conjunto com os técnicos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, tentando conseguir um consenso de forma a que possam trazer algo na próxima sessão que cumpra com os requisitos que todos pretendem ver contemplados na proposta voltou a intervir fazendo novamente um resumo do que já foi dito, nomeadamente que: - Com a aprovação do artigo 33.º do Regimento já existe a possibilidade pretendida; - É pedido que se faça um trabalho



no sentido de verificar quais são as melhores condições para se poder fazer a transmissão das sessões; - Deve se criar uma Comissão. Afirmou que, pessoalmente, quer as transmissões por via online, para que todos os munícipes as possam ver, mas têm de ser criadas condições para o efeito. -----

----- Interveio novamente a Sr.ª Presidente da Câmara, sugerindo que, uma vez que o Regimento já contempla a proposta apresentada, possa ser votada a proposta de constituição da equipa e, na próxima sessão, essa Comissão apresentasse um texto mais completo para ser votado.-----

----- Interveio novamente o Sr. Abel Carapêto, afirmando que pelo facto do Regimento ter sido hoje aprovado, com a possibilidade de, no futuro, serem transmitidos as sessões das Assembleias via *streaming*, não significa que se o vá fazer. Assim, a sua bancada apenas quer que a Assembleia assuma o compromisso de estar ou não disponível para, no futuro, se iniciar um trabalho para transmitir as Assembleias Municipais online, devendo o ponto em análise ser votado.-----

----- Retomou a palavra o Sr. José Malta, verificando que estão todos de acordo com a intenção de transmitir online as sessões da Assembleia Municipal e bem assim com a criação da Comissão ou de um grupo de trabalho, propôs uma proposta a meio-termo, no sentido de ser retirada da proposta da bancada do PS toda a questão técnica, ficando apenas a constar a proposta de transmissão online, bem como a proposta de criação de um grupo que vá trabalhar sobre o assunto e o apresente na próxima sessão.-----

----- Após uma longa discussão na qual voltaram a intervir os Sr.s Carlos Fernandes, José Vieira, Abel Carapêto e a Sr.ª Áurea Andrade, chegaram a acordo sobre o texto da proposta, tendo ficado a mesma, com o seguinte teor: "*Transmissão áudio / vídeo das reuniões da assembleia municipal proposta - O poder local é o exercício do poder*



*do Estado mais próximo das pessoas e nele que começa a democracia. Sendo a Assembleia Municipal a casa da democracia, o órgão que representa os cidadãos, e o seu elo de ligação com o Município, é importante que prima também pela transparência total nos seus inúmeros processos, onde se inclui as sessões da assembleia municipal. Os Deputados desta Assembleia, eleitos pelo Partido Socialista, entendem que a Assembleia Municipal deve ser um órgão cada vez mais transparente, mais interventivo, mais participativo e mais inovador. Vivendo na era da comunicação digital, é obrigação de todos envolver a população do concelho nas decisões tomadas na Assembleia Municipal e principalmente no testemunho da ação de quem elegem para os representar nos órgãos locais, dando essa oportunidade em particular, a todos os concidadãos que estejam impedidos de participar/assistir diretamente às reuniões da assembleia municipal. Neste sentido, propomos a transmissão direta áudio/vídeo, via streaming, de todas as reuniões da Assembleia Municipal, salvaguardando que o município, como responsável pelo tratamento dos dados, deve pôr em prática e garantir os meios técnicos e organizativos adequados para levar a cabo esta proposta e a proteção de dados pessoais, principalmente quando o tratamento implique a sua transmissão por rede. Estas medidas devem salvaguardar, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis, um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento apresenta e à natureza dos dados a proteger, mediante comissão a criar para o efeito e composta por: - Presidente da AMC; - 4 deputados do PSD - Carlos Fernandes, Rogério Marques, Conceição Sá e João André Jesus; - 2 deputados do PS – José Julio Malta, Abel Carapeto; - 1 deputado do Chega – Ulisses Salvador; - 1 representante designado pelo executivo municipal; - 1 técnico municipal da área jurídica; - 1 técnico municipal*

da área da comunicação; - 1 técnico municipal da área da informática; - 1 técnico municipal da área administrativa / apoio à AMC."-----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, sugeriu a apresentação de uma proposta de regulamento conjunta, mediante a prévia participação de uma Comissão de trabalho, constituída pelos elementos indicados pelas bancadas, sendo o documento apresentado em próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 33 – “Apreciação, discussão e votação da proposta da bancada do PS de transmissão áudio/vídeo das sessões da Assembleia Municipal”, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 20 votos a favor e 3 abstenções.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

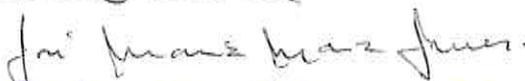
----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições, tendo usado da palavra o Sr. Carlos Fernandes e a Sr.ª Áurea Andrade para desejar um bom Natal e um bom ano novo a todos os presentes.-----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura desejou a todos um Feliz Natal e um Ano de 2022 cheio de sucessos profissionais e pessoais e, sendo 20h40 horas, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário:



----- A Segunda Secretária:

